

**PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.**



## **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021

# PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.



## Demonstrações financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021

---

<b>Conteúdo</b>	<b>Página</b>
Relatório do Conselho de Administração	1 – 3
Declaração de Responsabilidade do Conselho de Administração	4
Relatório do Auditor Independente	5 – 6
Balanço	7
Demonstração dos resultados por naturezas	8
Demonstração das variações no capital próprio	9
Demonstrações de fluxos de caixa	10
Notas às demonstrações financeiras	11 – 56

---

## Relatório do Conselho de Administração

---

O presente relatório tem por objectivo divulgar as principais realizações e os resultados económico-financeiros da Empresa Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P. (CFM), no exercício económico do ano de 2021, o qual, foi preparado de acordo com o Plano Geral de Contabilidade baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (PGC – NIRF).

O exercício económico de 2021, à semelhança de 2020 iniciou com uma tendência de contração económica associada aos efeitos de covid-19, que a nível interno caracterizou-se ainda pela intensificação das medidas de confinamento durante o primeiro trimestre motivado pela eclosão da segunda vaga em Janeiro e no final do segundo trimestre a eclosão da terceira vaga em Junho (esta que foi a mais letal).

Contudo, no Sistema Ferroviário global, de Janeiro a Dezembro de 2021 foram transportados cerca de 18,9 milhões de toneladas líquidas, contra cerca de 16,8 milhões transportadas em 2020, representando um crescimento de 13% e um nível de execução de 75% em relação ao planificado. Nas linhas operadas pelo CFM, durante o período em análise, foram transportadas cerca de 10,6 milhões de toneladas líquidas contra 10,5 milhões transportadas no igual período de 2020, o que corresponde a uma realização de 85% em relação ao plano, e tendo crescido 1% comparativamente ao volume transportado no período homólogo.

Em termos de transporte de passageiros, no período em análise, foram transportados 3.1 milhões de passageiros contra 3.5 milhões registados no igual período do ano anterior, que corresponde a uma redução de 13%, e um nível de realização de 71%, estando ainda a reflectirem-se os efeitos do confinamento social motivado pela pandemia da COVID-19.

No que tange à área Portuária, sob ponto de vista global, registou um nível de execução de 94% que corresponde a um incremento de 18% em relação a realização do período anterior, ao registar 48,2 milhões de toneladas métricas (mtm) manuseadas, contra 41,0 mtm registadas no igual período de 2020. Relativamente aos terminais portuários sob gestão do CFM, foram manuseadas durante este período 12,5 mtm contra 11,97 milhões manuseadas em 2020, o que representa um crescimento na ordem de 5% comparativamente a 2020 e uma execução de 107% em relação ao plano.

Portanto, não obstante os factores negativos que caracterizaram o ano de 2021 (ciclones, descarrilamentos, fraca oferta da carga ferroviária), a empresa CFM registou um resultado antes dos impostos positivo na ordem de 4,784,3 milhões de Meticais.

O Conselho de Administração, perante a conjuntura económica desfavorável a nível regional e do Mundo, centrou as medidas de gestão no esforço de contenção e racionalização de custos operacionais nos seguintes elementos: i) Controlo de novas contratações para o ano de 2021; ii) Controlo de consumo de combustíveis na operação; iii) Controle dos custos de aluguer do material circulante (vagões e locomotivas – determinou a redução do aluguer das locomotivas em detrimento do uso de material próprio); iv) Controlo dos custos das manutenções, priorizando a segurança das operações; v) retenção de 25% de receitas do tráfego ascendente para Zimbabwe de modo a reduzir a dívida existente coma NRZ.

Em termos de Responsabilidade Social, o CFM tem, regularmente, participado em acções de promoção e desenvolvimento, principalmente nas áreas de Saúde, Educação, Desporto, Cultura e Artes.

## Relatório do Conselho de Administração

Contudo, com o surgimento da COVID- 19, em finais de 2019 e sua rápida propagação a nível mundial, tendo, a OMS-Organização Mundial da Saúde decretado o estado de pandemia mundial e, ao abrigo das orientações do nosso Governo, a Empresa Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique-CFM adoptou um conjunto de medidas a serem cumpridas nos portos, sistema ferroviário, bem como nos sectores de produção da Empresa. Com essas medidas, estão a ser assegurados os serviços da Empresa o que permite reduzir os graves impactos da economia mundial e os seus efeitos sociais para milhares de trabalhadores e suas famílias.

Nesta perspectiva, o Conselho de Administração passou a direccionar as acções de Responsabilidade Social no sentido de garantir:

- Intensificação dos serviços de limpeza em todos os acessos e locais de trabalho;
- Aquisição e distribuição de máscaras faciais a todos os trabalhadores;
- Aquisição e colocação, em todos os sectores da empresa (Sede, CFM-Sul, CFM-Centro e CFM-Norte), de dispensadores com gel em álcool, bem como pulverização e desinfecção das carruagens, estações e pátios adjacentes.
- Elaboração e divulgação de mensagens esclarecedoras sobre o COVID-19, disseminadas através de canais internos como sejam, comunicações internas, email e grupos de *whatsApp*, bem como através da imprensa (escrita e rádio televisiva) e diversas propagandas realizadas durante este período.

À par dessas medidas, que se mantêm inalteradas desde a declaração do Estado de Emergência desde Abril de 2020 e apesar do alívio de grande parte das medidas restritivas anunciadas pelo Presidente da República na sua comunicação à nação a 16 de Fevereiro de 2022, prevalece a obrigatoriedade do uso da máscara facial, distanciamento físico, higienização das mãos e toda a restante ética sanitária.

De uma maneira geral, a tomada deste conjunto de medidas visa garantir maior estabilidade aos sectores sócio-económicos, a abertura plena de todos os postos de travessia terrestres aéreos e portuários dos Países, irá impactar positivamente no desempenho da Empresa com um potencial aumento de manuseamento e transporte de carga e passageiros nas áreas Ferroviária e Portuária. Para fazer face a estas ações no concernente ao controlo e prevenção da COVID19 dentro da empresa, foram desembolsados cerca de 230 milhões de Mt.

Na vertente de transporte de passageiros (como acção de Responsabilidade Social), continua subsidiando o custo do transporte por passageiro na ordem de 90%. Por outro lado, o CFM tem desenvolvido acções com vista ao melhoramento da qualidade deste serviço, tais como: (i) vedação das Estações e controlo de acessos com vista a garantir que todos passageiros adquirem bilhetes; ii) introdução de escolta policial aos comboios de passageiros, para garantir maior segurança, iii) introdução de um sistema de bilhética electrónica a nível dos principais estações de comboio.

A empresa tem também como parte da sua responsabilidade Social, apoiado a área de desporto nas diversas modalidades, com particular destaque os Clubes Ferroviários, onde foram desembolsados durante este período cerca de 333,3 milhões de Mt, nos quais deu-se mais primazia ao apetrechamento e renovação das suas infraestruturas.

**Relatório do Conselho de Administração**

---

É de salientar que nos últimos tempos, a empresa tem vindo a receber pedidos de apoio financeiro e patrocínio, vindos de pessoas singulares e colectivas trazendo projectos de vária natureza, alguns dos quais foram das linhas de acção da empresa e de certa forma com grande impacto social, que tem merecido apoio e acarinha com este desempenho, que muito nos motiva, continuaremos a trabalhar arduamente para que possamos superar os actuais resultados e os desafios impostos pela conjuntura económica interna e internacional, assegurando com isso, a continuidade de dar resposta positiva às orientações do Governo neste capítulo do sistema de transporte ferro-portuário, que, para além de pleitear pela competitividade comercial ao nível regional, estará focalizado pelo melhoramento contínuo da qualidade de serviços e de relacionamento com todos nossos *Stakeholders*.

Maputo, 25 de Março de 2022

**Eng. Miguel Matabel**  
Presidente do Conselho de Administração

**Dr. Joaquim Zucule**  
Administrador Executivo

**Eng. Aboobacar Adamo Mussa**  
Administrador Executivo

**Dra. Maria de Fátima Mangue**  
Administradora Executiva

---

**Eng. Anísio Bainha**  
Administrador Executivo

**Dr. Rogério Nkomo**  
Administrador Não Executivo

# PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

## Declaração de Responsabilidade do Conselho de Administração

A Administração é responsável pela preparação, integralidade e apresentação apropriada das demonstrações financeiras da Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P.

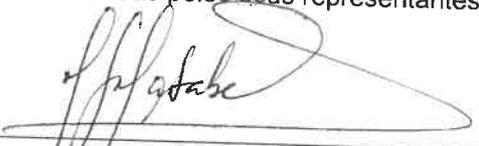
As demonstrações financeiras foram auditadas pelos auditores independentes Deloitte & Touche (Moçambique), Lda., aos quais foram disponibilizados todos os registos contabilísticos da empresa e respectiva documentação de suporte assim como todos os contractos, acordos, actas e a correspondência relevante. A opinião dos referidos auditores independentes está apresentada nas páginas 5 e 6.

As demonstrações financeiras para o ano findo a 31 de Dezembro de 2021, constantes das páginas 7 a 56, foram preparadas de acordo com o Plano Geral de Contabilidade para Empresas de Grande e Média Dimensão (PGC – NIRF) baseado nas normas internacionais de relato financeiro. O pressuposto de continuidade das operações foi tomado em consideração na preparação das referidas demonstrações financeiras e, com base em previsões e recursos financeiros disponíveis, a Administração não tem conhecimento de qualquer razão que possa por em causa a continuidade da empresa num futuro previsível.

A Administração é igualmente responsável pela manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. Este é concebido para assegurar uma razoável, mas não absoluta certeza sobre a fiabilidade das demonstrações financeiras e para salvaguardar adequadamente os activos da empresa. Os controlos internos são monitorados pela Administração e pelos empregados da empresa com a necessária segregação de autoridade e funções. Procedimentos estão implementados para monitorar os controlos internos, identificar fraquezas materiais e implementar as adequadas acções correctivas.

A Administração é ainda responsável pelo cumprimento das leis e regulamentos vigentes na República de Moçambique.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da empresa em 25 de Março de 2022 e assinadas pelos seus representantes:

  
**Eng. Miguel Matabel**  
Presidente do Conselho de Administração

  
**Dr. Joaquim Zucule**  
Administrador Executivo

  
**Dr. Carlos Macamo**  
Director da Administração e Finanças

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

**Aos Accionistas da Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P. (CFM)**

### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras da **Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P.** (a Empresa), que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2021 e a demonstração dos resultados, a demonstração das variações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, bem como as notas às demonstrações financeiras, incluindo um resumo das políticas contabilísticas significativas, conforme páginas 7 a 56.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira da Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P. em 31 de Dezembro de 2021, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, de acordo com o Plano Geral de Contabilidade para as Empresas de Grande e Média Dimensão baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (PGC-NIRF).

### Bases para a opinião

Realizámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras* deste relatório. Somos independentes da Empresa de acordo com os requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Contabilistas e Auditores de Moçambique (OCAM), o qual está em conformidade com o Código de Ética promulgado pelo *Ethics Standards Board for Accountants (IESBA)*, órgão do IFAC e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

### Outra Informação

A gerência é responsável pela outra informação. A outra informação compreende o relatório do conselho de administração, páginas 1 a 3, mas não inclui as demonstrações financeiras e o relatório do auditor sobre as mesmas. A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a outra informação e não expressamos qualquer tipo de garantia de fiabilidade sobre essa outra informação. No âmbito da auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura da outra informação e, em consequência, considerar se essa outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria ou se aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho efectuado, concluirmos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da Gerência e do Conselho de Administração pelas demonstrações financeiras

A gerência é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com o PGC-NIRF, e pelo controlo interno que ela determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.



Quando prepara demonstrações financeiras, a gerência é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que a gerência tenha a intenção de liquidar a Empresa ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

O Conselho de Administração é responsável pela supervisão do processo de relato financeiro da Empresa.

### **Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras**

Os nossos objectivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devido a fraude ou a erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são considerados materiais se, isolados ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas na base dessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e, também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco para uma distorção devido a erro dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pela gerência.
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pela gerência, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam pôr em dúvida a capacidade da Empresa em continuar as suas operações. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, futuros acontecimentos ou condições podem provocar que a entidade descontinue as operações.
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicamos com o Conselho de Administração, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência de controlo interno identificada durante a auditoria.

Maputo, 08 de Abril de 2022



**Deloitte & Touche (Moçambique), Limitada**

Sociedade de Auditores Certificados nº 09/SCA/OCAM/2014, representada por:

Aneliya Nikolova

*Partner*

Auditora Certificada nº 56/CA/OCAM/2014

# PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.



## Balanço

em 31 de Dezembro de 2021

(valores expressos em milhares de Meticais)

	Notas	2021	2020
<b>ACTIVOS</b>			
<b><u>Activos não correntes</u></b>			
Activos tangíveis	6	36.244.132	29.135.602
Activos tangíveis de investimento	7	3.319.666	3.829.169
Activos intangíveis	8	80.142	60.934
Investimentos em subsidiárias e associadas	9	96.120	96.120
Outros activos financeiros	10	28.550	28.550
Activos por impostos diferidos	27.5	642.586	530.779
		<b>40.411.196</b>	<b>33.681.154</b>
<b><u>Activos correntes</u></b>			
Inventários	11	4.276.338	3.218.489
Clientes	12	2.707.751	3.385.758
Outros activos financeiros	10	74.470	80.936
Outros activos correntes	13	5.645.787	4.750.392
Impostos a recuperar	27.2	145.486	-
Caixa e bancos	14	9.978.238	12.257.922
		<b>22.828.070</b>	<b>23.693.497</b>
<b>Total dos activos</b>		<b>63.239.266</b>	<b>57.374.651</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVOS</b>			
<b><u>Capital próprio</u></b>			
Capital social	15	1.242.981	1.242.981
Reservas		12.802.682	8.343.063
Resultados transitados		24.859.850	24.859.551
Resultados líquidos do período		3.347.530	5.226.668
<b>Total do capital próprio</b>		<b>42.253.043</b>	<b>39.672.263</b>
<b><u>Passivos não correntes</u></b>			
Provisões	19	2.004.974	2.102.159
Empréstimos obtidos	16	8.009.630	4.899.047
Outros passivos financeiros	17	6.002.246	6.002.246
Outros passivos não correntes	18	555.629	618.804
		<b>16.572.479</b>	<b>13.622.256</b>
<b><u>Passivos correntes</u></b>			
Provisões	19	148.515	148.053
Fornecedores	20	2.367.905	671.030
Empréstimos obtidos	16	62.192	114.109
Outros passivos financeiros	17	605.114	1.376.608
Impostos a pagar	27.2	-	1.204.139
Outras contas a pagar	18	1.230.018	566.193
		<b>4.413.744</b>	<b>4.080.132</b>
<b>Total dos passivos</b>		<b>20.986.223</b>	<b>17.702.388</b>
<b>Total do capital próprio e dos passivos</b>		<b>63.239.266</b>	<b>57.374.651</b>

# PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

## Demonstração dos resultados por natureza



para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021  
(valores expressos em milhares de Meticais)

	<u>Notas</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Vendas de bens e serviços	21	16.923.743	17.483.585
Custo dos inventários vendidos ou consumidos	11	(727.682)	(935.206)
Custos com o pessoal	22	(5.705.949)	(4.996.046)
Fornecimentos e serviços de terceiros	23	(6.335.532)	(6.391.141)
Amortizações	6, 7, 8	(3.447.730)	(3.388.479)
Provisões	19	(625)	(461.135)
Ajustamentos de inventários	11	(6.473)	51.689
	10,12,		
Imparidades de contas a receber	13	(161.885)	(364.469)
Imparidades de activos tangíveis	6	(162.542)	594.298
Outros ganhos e perdas operacionais	24	3.040.702	3.329.194
		<u>3.416.027</u>	<u>4.922.290</u>
Rendimentos financeiros	25	3.652.756	3.688.197
Gastos financeiros	26	(2.284.523)	(801.779)
		<u>1.368.233</u>	<u>2.886.418</u>
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>4.784.260</b>	<b>7.808.708</b>
Imposto sobre o rendimento	27	(1.436.730)	(2.582.040)
<b>Resultados líquidos do período</b>		<b>3.347.530</b>	<b>5.226.668</b>

## PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.



### Demonstração das variações no capital próprio

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021

(valores expressos em milhares de Meticals)

	Capital social	Reservas legais	Reserva para investimento	Ganhos e Perdas actuariais	Fundo social dos trabalhadores	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Saldo no início de 2020	1.242.981	368.232	5.524.144	-	335.943	24.957.734	2.067.105	34.496.139
Aplicação dos resultados	-	-	1.465.160	-	-	700.128	(2.165.288)	-
Dividendos	-	-	-	-	-	(700.128)	-	(700.128)
Xiporo – Fundo de Pensões	-	-	-	649.584	-	-	-	649.584
Aplicação do Fundo Xiporo	-	-	-	-	-	(98.183)	98.183	-
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	5.226.668	5.226.668
<b>Saldo final 2020</b>	<b>1.242.981</b>	<b>368.232</b>	<b>6.989.304</b>	<b>649.584</b>	<b>335.943</b>	<b>24.859.551</b>	<b>5.226.668</b>	<b>39.672.263</b>
Aplicação dos resultados	-	-	3.501.564	-	522.669	1.202.435	(5.226.668)	-
Dividendos	-	-	-	-	-	(1.202.435)	-	(1.202.435)
Xiporo – Fundo de Pensões	-	-	-	435.386	-	-	-	435.386
Ajustamento	-	-	-	-	-	299	-	299
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	3.347.530	3.347.530
<b>Saldo final 2021</b>	<b>1.242.981</b>	<b>368.232</b>	<b>10.490.868</b>	<b>1.084.970</b>	<b>858.612</b>	<b>24.859.850</b>	<b>3.347.530</b>	<b>42.253.043</b>

# PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.



## Demonstração de fluxos de caixa

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021

(valores expressos em milhares de Meticals)

	Notas	2021	2020
<b>Fluxo de caixa das actividades operacionais</b>			
Resultado líquido do período		3.347.530	5.226.668
<u>Ajustamentos ao resultado relativos a:</u>			
Amortizações	6, 7, 8 10,	3.447.730	3.388.479
Imparidades de contas a receber	12,13	161.885	364.469
Reversão de imparidade de activos tangíveis		6.473	(594.298)
Impostos		1.436.730	2.582.040
Provisões	19	462	116.979
Mais valias na alienação de acções		(7.495)	(5.215)
Ganhos/ perdas actuarias – Fundo Xiporo	19,22	338.201	344.481
Outros Ajustamentos		299	-
Juros e rendimentos similares (líquidos)		144.214	(977.401)
Dividendos recebidos		(1.270.816)	-
Imparidade dos activos tangíveis		162.542	-
Menos valias na venda de activos tangíveis		2.143	-
Fluxos de caixa antes das alterações no fundo manei		<b>7.769.898</b>	<b>10.446.202</b>
Aumento em inventários	11	(1.064.322)	(1.278.333)
Redução / (aumento) em clientes e outras contas a receber	10, 12	522.588	(559.587)
Aumento em outros activos correntes	13	(895.394)	(2.493.603)
Aumento / (redução) em fornecedores e outros passivos financeiros	20	1.696.875	(672.610)
Redução em outras contas a pagar	17,18	(82.687)	(7.355)
Aumento de outros passivos correntes		663.827	-
Caixa gerada pelas actividades operacionais		<b>8.610.785</b>	<b>5.434.714</b>
Impostos pagos	27.2	(2.898.163)	(450.717)
Caixa líquida gerada pelas actividades operacionais		<b>5.712.622</b>	<b>4.983.997</b>
<b>Fluxo de caixa das actividades de investimento</b>			
<u>Pagamentos respeitantes a:</u>			
Aquisição dos activos tangíveis	6	(10.228.797)	(2.833.549)
<u>Recebimentos respeitantes a:</u>			
Venda de activos tangíveis		5.642	10.194
Dividendos		1.270.816	1.191.715
Caixa líquida usada nas actividades de investimento		<b>(8.952.339)</b>	<b>(1.631.640)</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
<u>Recebimentos respeitantes a:</u>			
Juros e rendimentos similares		-	159.002
Empréstimos e outros financiamentos obtidos		3.058.665	3.303.882
<u>Pagamentos respeitantes a:</u>			
Juros e gastos similares		(144.214)	(373.317)
Dividendos		(1.954.418)	(700.128)
Caixa líquida gerada nas actividades de financiamento		<b>960.033</b>	<b>2.389.439</b>
Varição de caixa e equivalentes de caixa		(2.279.684)	5.741.796
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		<b>12.257.922</b>	<b>6.516.126</b>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	14	<b>9.978.238</b>	<b>12.257.922</b>

## Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021  
(valores expressos em milhares de Meticais)

### 1. Introdução

Os Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P. (CFM ou empresa) com sede em Maputo, na Praça dos Trabalhadores, iniciou a actividade como Empresa Estatal, tutelada pelo Ministério dos Transportes e Comunicações, constituída através do Decreto nº 6/89 de 11 de Maio, e tem presença efectiva em grande parte do território nacional.

Com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1995, a Empresa Estatal foi transformada em Empresa Pública, ao abrigo do Decreto nº 40/94, de 18 de Setembro, passando a adoptar a designação de Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P. O capital estatutário estabelecido pelo decreto supracitado foi de 1.242.981 milhares de Meticais e encontra-se integralmente subscrito e realizado pelo Estado Moçambicano que assim se constitui a casa mãe dos CFM.

A empresa tem como objecto principal o serviço público de transporte ferroviário de passageiros e de mercadorias em território moçambicano, com carácter regular e não regular, para além do manuseamento de mercadorias nos Portos.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião ocorrida no dia 25 de Março de 2022.

### Participação privada na gestão dos Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique

Têm vindo a ser implementadas um conjunto de acções no âmbito do Projecto de Reestruturação do sector ferro-portuário em Moçambique que contemplam a cedência ao sector privado da gestão e exploração dos sistemas ferro-portuários do país em regime de concessão.

Na concepção original do programa de concessões, exceptuavam-se deste sistema de envolvimento do sector privado as actividades consideradas de índole estratégica ou que não requerem grande tecnologia de operação e gestão, como por exemplo os terminais de combustíveis (e de outros líquidos a granel) em todos os portos internacionais e o terminal de cereais do porto de Maputo. Estas unidades foram transformadas em centros de resultados específicos e devidamente capacitados para gerir o negócio com eficiência.

Face aos graves problemas enfrentados em algumas das concessões já concretizadas, foi decidido, em finais de 2005, e princípios de 2006, encerrar o processo de concessões das linhas férreas do Sul e do Porto de Pemba. Em finais de 2010, o Governo de Moçambique iniciou o processo de rescisão do contrato de concessão do Sistema Ferroviário da Beira, devido ao incumprimento das obrigações contratuais por parte da Companhia dos Caminhos de Ferro da Beira, que viria a culminar com a reversão do empreendimento a favor dos CFM em finais de 2011.

De momento, estão a ser directamente explorados pelos CFM as seguintes infra-estruturas:

- Linha Férrea de Ressano Garcia;
- Linha Férrea do Limpopo;
- Linha Férrea de Goba;
- Sistema Ferroviário da Beira (que inclui a linha de Sena, Machipanda e o ramal de Marromeu)
- Secção comum às 3 linhas da rede sul e zona de Manobras de Maputo;
- Oficinas Gerais (CFM-Sul e Centro);
- Terminal de Alumínio da Matola;

## Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021

(valores expressos em milhares de Meticais)

- Terminais de Combustíveis (em todos os portos nacionais);
- Terminal de Cereais do Porto de Maputo;
- Terminal de Carvão Cais 8 (TCC8);
- Porto de Quelimane;
- Porto de Nacala;
- Porto de Pemba; e
- Demais infra-estruturas e instalações não incluídas nas concessões outorgadas.

Actualmente, as concessionárias das infra-estruturas ferro-portuárias são as seguintes:

Na zona Sul:

- ❑ Sociedade de Desenvolvimento do Porto de Maputo, S.A. (MPDC), que tem a concessão de exploração do Porto de Maputo e que absorveu as concessões e subconcessões de terminais específicos anteriormente cedidos pelo CFM. No ano de 2021 a MPDC passou a explorar a terminal de cabotagem de Maputo, que nos exercícios anteriores estava sob a gestão da Terminal de Cabotagem de Maputo, S.A.

Em 2021 foi liquidada a Sociedade de Terminais de Moçambique, (STM), que em 2020 explorava a terminal ferro-rodoviária das Mahotas, tendo passado para a gestão directa dos CFM o referido terminal.

Na zona Centro:

- ❑ Cornelder de Moçambique, S.A. (CdM) que tem a concessão de exploração dos terminais de carga geral e de contentores e propósitos múltiplos do Porto da Beira;
- ❑ Beira Grain Terminal (BGT) com quem se firmou contrato de concessão do Terminal de Cereais da Beira.

Na zona Norte:

- ❑ Corredor de Desenvolvimento do Norte (CDN) com quem se firmou o contrato de concessão de exploração do sistema ferroviário do Norte;
- ❑ Kenmare Moma Processing (Mauritius) Limited (Mozambique Branch), que possui a concessão para a concepção, construção e exploração do cais (jetty) a construir na costa da província de Nampula, próximo das minas de exploração de areias pesadas de Moma;

## Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021

(valores expressos em milhares de Meticals)

### 2. Bases de preparação

As presentes demonstrações financeiras, que se reportam à data de 31 de Dezembro de 2021, foram preparadas de acordo, e estão em conformidade com, o Plano Geral de Contabilidade para Empresas de Grande e Média Dimensão (PGC – NIRF) e, em consequência, com base no princípio do custo histórico, excepto para as situações especificamente identificadas, que decorrem da aplicação das Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF). As demonstrações financeiras foram igualmente preparadas com base nos princípios do acréscimo e da continuidade.

Na preparação destas demonstrações financeiras não foi derogada qualquer disposição do PGC – NIRF e não existem situações que afectem a comparabilidade das diversas rubricas contabilísticas.

Note-se, no entanto, que a preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o PGC – NIRF exige que o Conselho de Administração formalize julgamentos, estimativas e pressupostos, que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e mensuração dos activos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e outros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para os quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentadas na Nota 4.

Assim, estas demonstrações financeiras reflectem o resultado das operações e a posição financeira dos CFM com referência a 31 de Dezembro de 2021, sendo apresentadas em milhares de Meticals arredondados ao milhar mais próximo.

Refira-se que estas são as demonstrações financeiras individuais dos CFM, estando a empresa obrigada à apresentação de demonstrações financeiras consolidadas que incluam as suas subsidiárias e associadas (Nota 9).

### 3. Principais políticas contabilísticas

#### a) Transacções em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Meticals, que constitui a moeda funcional e de apresentação utilizada pelos CFM nas suas operações e preparação das suas demonstrações financeiras.

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção e os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Meticals à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários reconhecidos ao custo histórico e expressos em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da data da transacção.

**Notas às Demonstrações Financeiras**

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021

(valores expressos em milhares de Meticals)

As taxas de câmbio utilizadas para conversão dos saldos expressos em moeda estrangeira foram as seguintes:

	2021		2020	
	Compra	Venda	Compra	Venda
Dólar Norte-Americano	63.20	64.46	74.16	75.64
Rands Sul-Africanos	3.98	4.06	5.04	5.14
Euros	71.61	73.03	91.11	92.92

**b) Activos tangíveis**

Os activos tangíveis utilizados pelos CFM no decurso da sua actividade são registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

O custo de aquisição inclui o preço pago pela propriedade do activo e todos os custos directamente incorridos para o colocar no estado de funcionamento.

Na data de transição para o PGC – NIRF, os CFM decidiram adoptar como custo considerado para os seus activos tangíveis o valor reavaliado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparado ao custo mensurado de acordo com o PGC – NIRF.

Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para os CFM. As despesas de manutenção e reparação e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidas nos resultados do período em que foram incorridas.

A depreciação dos activos tangíveis é calculada numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso.

A vida útil dos activos tangíveis foi estimada como segue:

	Anos de vida útil
Construções	25 – 50 anos
Equipamento básico	4 – 10 anos
Outros activos tangíveis	5 - 10 anos

Os CFM efectuam regularmente a análise da adequação da vida útil estimada dos seus activos tangíveis e as alterações na vida útil esperada dos activos são registadas através da alteração do período ou método de depreciação, conforme apropriado, e tratadas como alterações em estimativas contabilísticas.

Periodicamente, são efectuadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em activos tangíveis e reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis excede o seu valor recuperável. Os CFM procedem à reversão das perdas por imparidade nos resultados do período caso, subsequentemente, se verifique um aumento no valor recuperável do activo.

## Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021  
(valores expressos em milhares de Meticais)

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso e é calculado com base nos fluxos de caixa estimados que se esperam a vir obter através do uso continuado do activo e da sua alienação no final da vida útil.

Um item do activo tangível deixa de ser reconhecido aquando da sua alienação ou quando não se esperam benefícios económicos futuros decorrentes da sua utilização ou alienação. Qualquer ganho ou perda decorrente da anulação do reconhecimento do activo (calculado como a diferença entre o rendimento da venda e a quantia escriturada do activo) é reconhecido em resultados no período da sua anulação do reconhecimento.

### c) Activos tangíveis de investimento

Os CFM classificam como activos tangíveis de investimento os equipamentos e construções detidos com o objecto de obter rendimentos através de rendas. Os activos tangíveis de investimento são valorizados pelo modelo do custo, tal como referido em 2b), sendo-lhes aplicados todos os critérios de reconhecimento e mensuração aí referidos bem como as políticas contabilísticas previstas.

### d) Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui os custos de aquisição, os custos com impostos não dedutíveis e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual. O custeio das saídas (consumos) é efectuado através do custo médio ponderado.

Os ajustamentos ao valor realizável líquido são avaliados numa base anual e, caso se constate a necessidade de proceder ao seu reconhecimento, são registados como uma dedução ao activo por contrapartida dos resultados do exercício.

### e) Custo dos empréstimos obtidos

Os custos dos empréstimos obtidos que são directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um activo elegível fazem parte do custo do activo. Esses custos são capitalizados como parte do custo do activo quando é provável que resultem em benefícios económicos futuros para os CFM e podem ser mensurados com fiabilidade.

### f) Imparidade de itens não monetários

Os CFM avaliam, a cada data de relato, ou com maior frequência caso tenha ocorrido alterações que indiquem que um determinado activo possa estar em imparidade, se existem indicações de que um activo não financeiro se possa encontrar em imparidade. Se tal indicação existir, os CFM estimam a respectiva quantia recuperável e, caso esta se apresente inferior à quantia escriturada, o activo encontra-se em imparidade e é reduzido para a sua quantia recuperável.

A cada data de balanço, os CFM reavaliam se existe qualquer indicação de que uma perda por imparidade anteriormente reconhecida possa já não existir ou possa ter reduzido. Caso exista tal indicação, os CFM estimam a quantia recuperável do activo e reverte as perdas por imparidade previamente reconhecidas apenas se tiverem ocorrido alterações nas estimativas usadas para estimar a quantia recuperável desde o reconhecimento da perda.

## Notas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 (valores expressos em milhares de Meticals)

### g) Locações

A determinação de que um contrato é ou contém uma locação é baseada na substância do contrato, atentando à determinação de qual a entidade que retém substancialmente os riscos e vantagens inerentes à propriedade do bem locado.

Nas locações financeiras, que transferem substancialmente para os CFM todos os riscos e vantagens, o custo do activo é registado como um activo tangível e a correspondente responsabilidade é registada no passivo. A depreciação do activo é calculada conforme descrito na nota 2b) e registada como gasto na demonstração de resultados dentro do período a que respeitam.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital (tal como inicialmente reconhecido como passivo) e os encargos financeiros são imputados aos exercícios a que se referem.

Nas locações operacionais as rendas são reconhecidas como gasto numa base linear durante o período da locação.

### h) Activos financeiros

A classificação dos activos financeiros no seu reconhecimento inicial depende do objectivo para o qual o instrumento foi adquirido bem como das suas características, considerando as seguintes categorias:

#### Activos financeiros ao justo valor através dos resultados

A categoria de activos financeiros ao justo valor através dos resultados inclui activos financeiros detidos para negociação, adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo e outros activos financeiros ao justo valor por via dos resultados.

#### Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados detidos com a intenção de manter por tempo indeterminado ou designados para venda no momento do seu reconhecimento inicial.

#### Activos financeiros detidos até à maturidade

Considera-se activos detidos até à maturidade a categoria de activos financeiros não derivados com pagamentos fixos e determináveis e maturidades fixadas, que os CFM têm intenção de deter até à maturidade.

#### Empréstimos e contas a receber

Classificam-se como empréstimos e contas a receber os activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis que não estejam cotados num mercado activo.

Os activos financeiros são reconhecidos no balanço dos CFM na data de contratação, pelo respectivo justo valor acrescido de custos de transacção directamente atribuíveis, excepto para activos e passivos ao justo valor através dos resultados em que os custos de transacção são imediatamente reconhecidos em resultados.

## Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021

(valores expressos em milhares de Meticals)

Entende-se por justo valor o montante pelo qual um activo ou passivo pode ser transferido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado. O justo valor de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é geralmente o preço da transacção.

O justo valor é determinado com base em preços de um mercado activo ou em métodos de avaliação no caso de inexistência de tal mercado activo. Um mercado é considerado activo se ocorrerem transacções de forma regular.

Os CFM avaliam, à data de cada balanço, se existe evidência objectiva de que um activo financeiro ou grupo de activos financeiros está em imparidade. Considera-se que um activo financeiro está em imparidade se, e apenas se, existir evidência objectiva de perda de valor em resultado de um ou mais acontecimentos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do activo e desde que tais acontecimentos tenham um impacto sobre os fluxos de caixa futuros estimados dos activos financeiros.

A evidência de imparidade pode incluir indicações de que o devedor ou um grupo de devedores está em dificuldades financeiras, incumprimento ou mora na liquidação de capital ou juros, a probabilidade de entrarem em falência ou em reorganização financeira e sempre que esteja disponível informação que indique um decréscimo de valor dos fluxos de caixa futuros.

### Reconhecimento inicial, mensuração e anulação do reconhecimento

As aquisições e alienações dos activos financeiros ao justo valor através dos resultados, assim como os activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos na data da sua transacção.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, à excepção da categoria dos activos financeiros ao justo valor através dos resultados, sendo os custos de transacção reconhecidos em resultados.

A anulação dos activos financeiros ocorre quando os direitos contratuais do activo financeiro expira, se tenha procedido à transferência substancial de todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou, não obstante se retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, os CFM tenham transferido o controlo sobre esses activos.

### Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através dos resultados são reconhecidos pelo justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados do exercício.

Os activos financeiros disponíveis para venda são valorizados ao justo valor e as variações reconhecidas em capitais próprios até ao momento da anulação do reconhecimento, ou seja, quando identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registado em capitais próprios é transferido para resultados.

Os activos detidos até à maturidade após o reconhecimento inicial, assim como os empréstimos e contas a receber, são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efectiva. Os ganhos e perdas são reconhecidos em resultados aquando da anulação do reconhecimento, quando este se encontra em imparidade assim como os que decorrem da aplicação do método do juro efectivo.

## Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021

(valores expressos em milhares de Meticals)

O justo valor dos activos financeiros que são negociados em mercados financeiros organizados é o seu preço de compra corrente ("bidprice"). Na ausência de um mercado activo, o justo valor é determinado através de técnicas de avaliação, tais como os preços de transacção recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado e de técnicas de fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação.

Para os activos financeiros cujo justo valor não é possível mensurar com fiabilidade, o reconhecimento é feito ao custo de aquisição e a imparidade é registada por contrapartida de resultados.

### Imparidade

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade.

#### Activos financeiros registados ao custo amortizado

Se existir evidência objectiva de que foi suportada uma perda por imparidade em empréstimos concedidos e contas a receber ou investimentos detidos até à maturidade registados ao custo amortizado, a quantia da perda é mensurada como a diferença entre a quantia registada do activo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. A quantia registada do activo deve ser reduzida através do uso de uma conta de redução do activo e a quantia da perda deve ser reconhecida nos resultados.

Se, num período subsequente, a quantia da perda por imparidade diminuir e a diminuição possa ser objectivamente relacionada com um acontecimento que ocorra após o reconhecimento da imparidade, a perda por imparidade anteriormente reconhecida deve ser revertida ajustando a conta de redução do activo e da reversão não deve resultar numa quantia do activo financeiro que exceda a quantia que poderia ter sido determinada pelo custo amortizado se a imparidade não tivesse sido reconhecida à data em que a imparidade foi revertida. A quantia da reversão deve ser reconhecida nos resultados.

#### Activos financeiros registados pelo custo

Se existir evidência objectiva de que foi suportada uma perda por imparidade num instrumento de capital próprio não cotado que não está registado pelo justo valor porque o seu justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade, ou num activo derivado que está ligado a, e que deve ser liquidado pela entrega de, um instrumento de capital próprio não cotado, a quantia da perda por imparidade é mensurada pela diferença entre a quantia registada do activo financeiro e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de retorno de mercado corrente para um activo financeiro semelhante. Estas perdas por imparidade não devem ser revertidas.

#### Activos financeiros disponíveis para venda

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual deduzido de qualquer perda por imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados é transferida de capital próprio para resultados.



## Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021  
(valores expressos em milhares de Meticals)

### i) Instrumentos de capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

### j) Passivos financeiros

#### Passivos financeiros ao justo valor através dos resultados

Os passivos financeiros ao justo valor por via dos resultados incluem os passivos financeiros detidos para negociação e outros passivos financeiros ao justo valor através dos resultados reconhecidos no momento inicial.

#### Outros passivos financeiros

Classificam-se nesta categoria os restantes empréstimos e outras contas a pagar.

#### Reconhecimento inicial, mensuração e anulação do reconhecimento

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, à excepção da categoria dos passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, sendo os custos de transacção reconhecidos em resultados. A anulação do passivo financeiro ocorre quando as obrigações contratuais do passivo financeiro expiram.

Quando um passivo financeiro é substituído por outro do mesmo credor, em condições substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente diferentes, essa troca ou alteração é tratada como uma anulação do reconhecimento do passivo original e é reconhecido um novo passivo, sendo a diferença dos valores registada em resultados.

#### Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros ao justo valor através dos resultados são reconhecidos ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e as contas a pagar são mensurados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efectiva. Os ganhos e perdas são reconhecidos em resultados aquando da anulação do reconhecimento quando este se encontra em imparidade assim como aqueles que decorrem da aplicação do método do juro efectivo.

## **Notas às Demonstrações Financeiras**

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021

(valores expressos em milhares de Meticals)

### **k) Provisões**

Os CFM constituem provisões quando existe uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos financeiros e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

### **l) Reconhecimento de gastos e rendimentos**

Os CFM registam os seus gastos e rendimentos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, o que significa que são reconhecidos na data da transacção que os origina, independentemente do respectivo pagamento ou recebimento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas “Outros activos correntes” ou “Outros passivos correntes”, consoante a natureza da diferença.

### **m) Benefícios de empregados**

As responsabilidades com pensões de reforma e outros benefícios pós emprego ou de curto prazo são estimadas com base em pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada do fundo e outros factores que podem ter impacto nos gastos e responsabilidade com

pensões e outros benefícios pós emprego. rentabilidade estimada do fundo e outros factores que podem ter impacto nos gastos e responsabilidades com pensões e outros benefícios pós emprego.

#### Benefícios de curto prazo

O custo dos benefícios de curto prazo aos empregados (aqueles pagos no prazo de 12 meses após o serviço ser prestado, tais como a licença remunerada e licença médica, bónus, e benefícios não monetários tais como cuidados médicos) é reconhecido no período em que o serviço é prestado e não é descontado.

O custo previsto de licenças remuneradas é reconhecido como um gasto, uma vez que os colaboradores prestam serviços que aumentam o seu direito, ou, no caso de ausências não acumuladas, quando a ausência ocorre.

O custo previsto de participação nos lucros e de pagamentos de bónus é reconhecido como um gasto quando existir uma obrigação legal ou construtiva de fazer tais pagamentos em consequência do desempenho passado.

#### Planos de contribuição definida

Pagamentos aos planos de benefícios de reforma de contribuição definida são registados como gasto assim que se vencem.

A Empresa faz contribuições obrigatórias aos planos de contribuição definida, nomeadamente para o Instituto Nacional de Segurança Social ("INSS").

## Notas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 (valores expressos em milhares de Meticais)

### Plano de benefícios definidos

No âmbito do Decreto nº 25/2009 de 17 de Agosto que Aprova o Regulamento da Constituição de Fundo de Pensões no âmbito da segurança social complementar a empresa celebrou o contrato constitutivo do Fundo de Pensões Complementar Fechado dos Trabalhadores dos CFM, abreviadamente designado por XIPORO – FPCF/CFM. A gestão do fundo encontra-se à cargo da Moçambique Previdente – Sociedade Gestora de Fundo de Pensões, SA cujo contrato foi celebrado em 9 de Agosto de 2017. Em 21 de Novembro de 2018 foi publicada a Ordem de Serviço nº. 7 com a comunicação dos termos e condições do Fundo. Esta Ordem de serviço previu imediatamente a entrada em vigor do Plano de Pensões no entanto, por dificuldades de natureza operacional o Fundo passou a estar em funcionamento a partir do exercício de 2019.

Para fundamento das responsabilidades com as pensões de reforma são feitas as seguintes contribuições:

(i) As contribuições da componente MZN correspondem a 10% das remunerações mensais pagas aos participantes, cabendo ao associado cobrir 7% do valor dessas remunerações e aos participantes os remanescentes 3%;

(ii) As contribuições da componente USD correspondem a 12% das remunerações mensais pagas aos participantes, cabendo ao associado cobrir 9% do valor dessas remunerações e aos participantes os remanescentes 3%.

Usando da faculdade dos parágrafos 64, 65 e 66 da NCRF 19 – Benefícios dos Empregados, a empresa reconhece os ganhos/perdas actuarias e os custos com serviços passados directamente no capital próprio não sendo posteriormente transferidos para a demonstração dos resultados.

### **n) Reconhecimento do rédito**

O rédito inerente às vendas é reconhecido na demonstração de resultados quando os riscos e vantagens inerentes à posse dos bens vendidos são transferidos para o comprador. O rédito relacionado com a prestação de serviços é reconhecido quando os serviços são prestados.

### **o) Impostos sobre o rendimento**

#### Impostos correntes

O imposto corrente, activo ou passivo, é estimado com base no valor esperado a recuperar ou a pagar às autoridades fiscais. A taxa legal de imposto usada para calcular o montante é a que se encontra em vigor à data de balanço.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos, em conformidade com a legislação fiscal vigente.

## Notas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 (valores expressos em milhares de Meticais)

### Impostos diferidos

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultantes de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os impostos diferidos activos são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros contra os quais possam ser deduzidos os impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo. Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capitais próprios. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capitais próprios não afectando o resultado do exercício.

### **p) Subsídios do Governo**

Os subsídios do governo relativos a activos são apresentados no balanço como rendimento diferido, em outros passivos correntes, e são reconhecidos numa base sistemática e racional durante a vida útil do activo. Os subsídios do governo relativos a rendimentos são apresentados como créditos na demonstração dos resultados ou como deduções ao correspondente gasto.

## **4. Principais julgamentos, estimativas e pressupostos contabilísticos**

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efectue julgamentos, estimativas e premissas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impacto nos valores reportados no total de activo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efectuados, nomeadamente no que concerne ao efeito dos custos e proveitos reais.

O PGC – NIRF estabelece um conjunto de políticas contabilísticas que requerem que a Administração efectue julgamentos e realize estimativas. As principais estimativas contabilísticas utilizadas pelos CFM são analisadas como segue:

### Imparidade de contas a receber

Os CFM reavaliam periodicamente a evidência de imparidade de forma a aferir da necessidade de reconhecer perdas por imparidade adicionais. Para a determinação do nível de perda potencial, são usadas estimativas da Administração nos cálculos dos montantes relacionados com os fluxos de caixa futuros. Tais estimativas são baseadas em pressupostos de diversos factores, podendo os resultados efectivos alterar no futuro, resultando em alterações dos montantes constituídos para fazer face a perdas efectivas.

Adicionalmente à análise de imparidade individual, os CFM efectuam uma análise de imparidade colectiva das contas a receber para fazer face a situações de perda de valor que, embora não especificamente identificáveis, incorporam um grande risco de incumprimento face à situação inicial, no momento em que foram reconhecidos.

## Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021

(valores expressos em milhares de Meticais)

Os CFM consideram que a imparidade determinada com base na metodologia apresentada permite reflectir de forma adequada o risco associado à sua carteira de clientes.

### Vidas úteis dos activos tangíveis, tangíveis de investimento e intangíveis bem como respectivos valores residuais

Os CFM reavaliam continuamente as suas estimativas sobre a vida útil dos activos tangíveis e intangíveis e seus valores residuais caso aplicável. As estimativas de vida útil remanescente são baseadas na experiência, estado e condição de funcionamento do activo. Quando necessário, estas estimativas são sustentadas em pareceres técnicos emitidos por peritos independentes.

### Imparidade de activos tangíveis, tangíveis de investimento e intangíveis

Os activos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que a sua quantia registada excede a recuperável.

Considerando as incertezas quanto à quantia recuperável destes activos de longo prazo, pelo facto das análises se basearem na melhor informação à data, as alterações de pressupostos podem resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, conseqüentemente, nos resultados dos CFM.

### Provisões para litígios judiciais

As provisões constituídas para fazer face a perdas prováveis em processos judiciais em que os CFM são parte interessada são constituídas atendendo à expectativa de perda estimada pela Administração, sustentada na informação prestada pelos seus assessores jurídicos, e objecto de revisão anual.

### Impostos

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são determinados pelos CFM com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos CFM sobre o adequado enquadramento das suas operações, o qual é susceptível de poder vir a ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

As Autoridades Fiscais dispõem da faculdade de rever a posição fiscal dos CFM durante um período de 5 anos, podendo daqui resultar eventuais correcções devido a diferentes interpretações e/ou incumprimento da legislação fiscal, nomeadamente em sede de IRPC, IRPS e IVA.

A Administração acredita ter cumprido todas as obrigações fiscais a que os CFM se encontram sujeitos, razão pela qual não espera que eventuais correcções à matéria colectável declarada decorrentes destas revisões tenham um efeito nas demonstrações financeiras.

**Notas às Demonstrações Financeiras**

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021  
(valores expressos em milhares de Meticals)

**5. Alterações de políticas contabilísticas, de estimativas e erros**

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas que produzam efeito na comparabilidade desses exercícios. No entanto houve necessidade de reclassificar activos e passivos para financeiros por forma a reflectir a real natureza dos saldos.

	<b>Saldo anteriormente reportado 2020</b>	<b>Reclassificação</b>	<b>Saldo 2020</b>
Outros activos financeiros	172.752	(91.816)	80.936
Outros activos correntes	4.658.576	91.816	4.750.392
Outros passivos financeiros - correntes	1.372.533	4.075	1.376.608
Outras contas a pagar	570.268	(4.075)	566.193
Reservas	7.693.479	649.584	8.343.063
Resultados transitados	25.509.135	(649.584)	24.859.551

**6. Activos tangíveis**

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a decomposição da rubrica Activos tangíveis era como segue:

<b>Custo</b>	<b>Construções</b>	<b>Equipamento básico</b>	<b>Outros activos</b>	<b>Investimento em curso</b>	<b>Total</b>
Saldo inicial em 2020	50.113.207	19.758.988	2.437.797	1.842.478	74.152.470
Adições	30.929	721.678	483.468	1.626.891	2.862.966
Abates	(6.360)	-	(21.604)	-	(27.964)
Transferências	454.146	1.118.513	22.147	(1.594.806)	-
Ajustamentos	-	-	564	(36.322)	(35.758)
Saldo final em 2020	50.591.922	21.599.179	2.922.372	1.838.241	76.951.714
Adições	99.429	633.778	355.620	9.256.823	10.345.650
Abates	-	-	(27.928)	-	(27.928)
Ajustamentos	(2.093)	39.430	(529)	(178.174)	(141.365)
Saldo final em 2021	50.689.258	22.272.387	3.249.535	10.916.890	87.128.071

**Notas às Demonstrações Financeiras**  
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021  
(valores expressos em milhares de Meticais)

**6. Activos tangíveis (cont.)**

	<b>Construções</b>	<b>Equipamento básico</b>	<b>Outros activos</b>	<b>Investimento em curso</b>	<b>Total</b>
<u>Amortizações acumuladas</u>					
Saldo inicial em 2020	(30.738.290)	(14.093.893)	(211.936)	-	(45.044.119)
Reforço	(1.758.308)	(1.021.724)	(15.411)	-	(2.795.443)
Abates	6.360	15.794	-	-	22.154
Transferências	-	-	1.296	-	1.296
Saldo inicial em 2021	(32.490.238)	(15.099.823)	(226.051)	-	(47.816.112)
Reforço	(1.783.844)	(1.135.914)	(11.282)	-	(2.931.040)
Abates	-	25.650	-	-	25.650
Ajustamentos	-	113	-	-	113
	<u>(34.274.082)</u>	<u>(16.209.974)</u>	<u>(237.333)</u>	<u>-</u>	<u>(50.721.389)</u>
<u>Imparidades acumuladas</u>					
Saldo inicial em 2020	-	-	-	-	-
Reforço	(162.550)	-	-	-	(162.550)
Saldo final em 2021	<u>(162.550)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(162.550)</u>
<u>Saldo líquido</u>					
2020	<u>18.101.684</u>	<u>6.499.356</u>	<u>2.696.321</u>	<u>1.838.241</u>	<u>29.135.602</u>
2021	<u>16.252.626</u>	<u>6.062.413</u>	<u>3.012.202</u>	<u>10.916.890</u>	<u>36.244.132</u>

Em 31 de Dezembro de 2021, os activos tangíveis em curso totalizavam 1.838.241 milhares de Meticais e apresentavam a seguinte decomposição:

	<u>Construção</u>	<u>Equipament o básico</u>	<u>Outros activos</u>	<u>Total</u>
Investimentos em curso	<u>2.215.399</u>	<u>8.701.491</u>	<u>-</u>	<u>10.916.890</u>

Não foram entregues quaisquer activos tangíveis como garantia de passivos.

**Notas às Demonstrações Financeiras**  
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021  
(valores expressos em milhares de Meticais)

**7. Activos tangíveis de investimento**

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a decomposição da rubrica Activos tangíveis de investimento era como segue:

	<b>Construções</b>	<b>Equipamento básico</b>	<b>Total</b>
Custo			
Saldo final em 2020	16.365.223	1.412.636	17.777.859
Saldo final em 2021	16.365.223	1.412.636	17.777.859
Amortizações acumuladas			
Saldo inicial em 2020	(12.051.798)	(1.313.446)	(13.365.244)
Reforço	(564.318)	(19.128)	(583.446)
Saldo inicial em 2020	(12.616.116)	(1.332.574)	(13.948.690)
Reforço	(490.373)	(19.129)	(509.502)
Saldo final em 2021	(13.106.489)	(1.351.704)	(14.458.192)
Saldo líquido			
2020	3.749.107	80.062	3.829.169
2021	3.258.734	60.932	3.319.666

Estes activos, detidos com o objecto de gerar rendas, dizem respeito aos bens alugados à Sociedade de Desenvolvimento do Porto de Maputo (MPDC), no âmbito das concessões ao MPDC, Terminal de Cabotagem de Maputo, Cornelder de Moçambique, Corredor de Desenvolvimento do Norte, Terminal de Cabotagem de Maputo e Sociedade Terminais de Moçambique, entre outras, conforme referido na nota introdutória. Estes activos geraram rendimentos fixos e variáveis que estão apresentados na Nota 24.

Não foram entregues quaisquer activos tangíveis de investimento como garantia de passivos.

**8. Activos intangíveis**

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a decomposição da rubrica Activos intangíveis era como segue:

	<b>Software</b>	<b>Reservas de terra</b>	<b>Total</b>
<u>Custos</u>			
Saldo final em 2020	46.215	51.239	97.454
Saldo inicial em 2021	46.215	51.239	97.454
Adições	26.398	-	26.398
Saldo final em 2021	72.613	51.239	123.852

**Notas às Demonstrações Financeiras**

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021  
(valores expressos em milhares de Meticals)

**8. Activos intangíveis (cont.)**

	<u>Software</u>	<u>Reservas de terra</u>	<u>Total</u>
<u>Amortizações acumuladas</u>			
Saldo inicial em 2020	(26.931)	-	(26.931)
Reforço	(9.589)	-	(9.589)
Saldo inicial em 2020	(36.520)	-	(36.520)
Reforço	(7.190)	-	(7.190)
Saldo final em 2021	(43.710)	-	(43.710)
<u>Saldo líquido</u>			
2020	9.695	51.239	60.934
2021	28.903	51.239	80.142

**9. Investimentos em subsidiárias e associadas**

Houve movimentos na rubrica Investimentos em subsidiárias e associadas durante o exercício e apresentam-se como segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Subsidiárias	340	120.340
Associadas	84.004	152.304
Outros instrumentos financeiros	47.760	47.760
	132.104	320.404
Imparidade acumulada	(35.984)	(224.284)
	<u>96.120</u>	<u>96.120</u>

**9.1. Decomposição dos investimentos em subsidiárias e associadas**

O movimento da imparidade acumulada é apresentado na tabela seguinte:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Em 1 de Janeiro	(224.284)	(264.944)
Utilização	188.300	40.660
Em 31 de Dezembro	<u>(35.984)</u>	<u>(224.284)</u>

**9.2. Decomposição dos investimentos em subsidiárias e associadas**

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica Investimentos em subsidiárias e associadas encontra-se detalhada como segue:

	<u>% de participação</u>		<u>Valor</u>	
	<u>2021</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<u>Subsidiárias</u>				
Sociedade de Turismo do Indico, S.A.	100.00	100.00	-	-
CFM – Transporte e Trabalhos Aéreos, S.A.	100.00	100.00	100	100
CFM - Sociedade Turística, S.A.	100.00	100.00	240	240
Companhia dos Caminhos de Ferro da Beira	100.00	100.00	-	120 000
			<u>340</u>	<u>120.340</u>

# PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.



## Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021  
(valores expressos em milhares de Meticais)

### 9. Investimentos em subsidiárias e associadas (cont.)

	% de participação		Valor	
	2021	2020	2021	2020
<u>Associadas</u>				
DP World Maputo, S.A.	40.00	40.00	23.762	23.762
Sociedade de Desenvolvimento do Corredor de Maputo	27.50	27.50	23.230	23.230
Cornelder de Moçambique	33.00	33.00	3.795	3.795
Terminal de Cabotagem de Maputo	49.00	49.00	5.831	5.831
Sociedade de Desenvolvimento do Porto de Maputo, S.A.	49.00	49.00	7.590	7.590
Portos do Norte, S.A.	30.00	30.00	6.000	6.000
Thai Moçambique Logistic, S.A.	20.00	20.00	6.000	6.000
Sociedade Terminais de Moçambique	50.00	50.00	-	68.300
Empresa de Dragagem do Porto de Maputo	49.00	49.00	1.796	1.796
Portos de Cabo Delgado, S.A.	50.00	50.00	6.000	6.000
			<b>84.004</b>	<b>152.304</b>

	% de participação		Valor	
	2021	2020	2021	2020
<u>Outros investimentos financeiros</u>				
Cimentos de Moçambique	1.60	1.60	39.748	39.748
Transcarga	17.00	17.00	14	14
Technoshore, Limitada	15.00	15.00	6.750	6.750
Beira Grain Terminal	15.00	15.00	405	405
Belavista Holding	65.00	65.00	843	843
			<b>47.760</b>	<b>47.760</b>

### 10. Outros activos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a decomposição da rubrica Outros activos financeiros era como segue:

	2021	2020
<u>Não corrente</u>		
Suprimentos concedidos as subsidiárias	28.550	28.550
	<b>28.550</b>	<b>28.550</b>
<u>Corrente</u>		
Adiantamentos ao pessoal	64.179	54.728
Acréscimos de juros a receber	20.738	25.686
Acréscimos de rendimentos	-	10.437
Remunerações a pagar	-	27
Devedores diversos – Partes relacionadas	619	620
	<b>85.536</b>	<b>91.498</b>
Imparidade dos investimentos financeiros	(11.066)	(10.562)
	<b>74.470</b>	<b>80.936</b>
	<b>103.020</b>	<b>109.486</b>

**Notas às Demonstrações Financeiras**

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021  
(valores expressos em milhares de Meticals)

**10. Outros activos financeiros (cont.)**

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Perdas por imparidade acumuladas de outros activos financeiros:		
Em 1 de Janeiro	(10.562)	(3.962)
Aumento	(504)	(6.600)
Em 31 de Dezembro	<u>(11.066)</u>	<u>(10.562)</u>

**11. Inventários**

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a decomposição da rubrica inventários era como segue:

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Travessas	528.524	308.084
Material de construção	1.839.647	1.199.680
Peças e sobressalentes	1.907.874	1.748.528
Combustíveis e lubrificantes	19.528	19.652
Outros materiais	19	18
	<u>4.295.592</u>	<u>3.275.962</u>
Ajustamentos de inventários	(19.254)	(57.473)
	<u>4.276.338</u>	<u>3.218.489</u>

**11.1 Ajustamento de inventários**

O detalhe dos movimentos relativos ao ajustamento de inventários é apresentado na tabela seguinte:

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Em 1 de Janeiro	(57.473)	(46.223)
(Aumento) / reversão	(6.473)	51.689
Utilização	44.692	(62.939)
Em 31 de Dezembro	<u>(19.254)</u>	<u>(57.473)</u>

**11.2. Custo de inventários vendidos ou consumidos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020**

A decomposição do custo dos inventários vendidos ou consumidos é como segue:

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Existências iniciais	3.275.962	1.986.379
Compras	1.747.312	2.224.789
Existências finais	(4.295.592)	(3.275.962)
Custo dos inventários vendidos ou consumidos	<u>727.682</u>	<u>935.206</u>

**Notas às Demonstrações Financeiras**  
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021  
(valores expressos em milhares de Meticals)

**12. Clientes**

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a decomposição da rubrica Clientes era como segue:

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Tráfego	1.450.308	2.136.350
Concessionárias	689.623	1.061.224
Administrações estrangeiras	371.201	173.438
Clientes de cobrança duvidosa	679.396	363.284
Outros clientes	218.635	191.492
	<b>3.409.163</b>	<b>3.925.788</b>
Perdas por imparidade acumuladas de clientes	(701.412)	(540.030)
	<b>2.707.751</b>	<b>3.385.758</b>

**12.1. Movimento das perdas por imparidade de clientes**

O detalhe dos movimentos relativos à perdas por imparidade acumuladas de clientes é apresentado na tabela seguinte:

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Em 1 de Janeiro	(540.030)	(533.409)
Reforço	(168.949)	(37.559)
Reversão	7.567	30.938
Em 31 de Dezembro	<b>(701.412)</b>	<b>(540.030)</b>

**13. Outros activos correntes**

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 a decomposição da rubrica Outros activos correntes era como segue:

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Imposto sobre o valor acrescentado	3.592.316	2.742.641
Cauções	73.376	91.816
Gastos diferidos	133.196	715.814
Fundo Nacional de Dragagem	1.392.744	967.505
Adiantamentos à fornecedores	1.473.185	1.251.646
	<b>6.664.817</b>	<b>5.769.422</b>
Perdas por imparidade acumuladas outros devedores	(1.019.030)	(1.019.030)
	<b>5.645.787</b>	<b>4.750.392</b>

**13.1. Perdas por imparidade acumuladas de outros activos correntes**

O detalhe dos movimentos relativos à perdas por imparidade acumuladas de clientes é apresentado na tabela seguinte:

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Em 1 de Janeiro	(1.019.030)	(1.019.030)
Utilização	-	-
Em 31 de Dezembro	<b>(1.019.030)</b>	<b>(1.019.030)</b>

**Notas às Demonstrações Financeiras**

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021

(valores expressos em milhares de Meticais)

**14. Caixa e bancos**

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a caixa e os bancos apresentavam os seguintes valores:

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<u>Caixa</u>		
Meticais	-	4
Rands Sul-Africanos	-	-
Dólar Norte-Americano	-	13
	<u>-</u>	<u>17</u>
<u>Depósitos à ordem</u>		
Meticais	620.013	669.408
Dólar Norte-Americano	1.690.453	2.879.147
Rands Sul-Africanos	260.676	1.269.249
Euros	14.872	22.146
	<u>2.586.014</u>	<u>4.839.950</u>
<u>Depósitos a prazo</u>		
Meticais	52.392	462.027
Dólar Norte-Americano	7.339.832	6.825.972
Rands Sul-Africanos	-	129.956
	<u>7.392.224</u>	<u>7.417.955</u>
	<u>9.978.238</u>	<u>12.257.922</u>

**15. Capital social**

O capital estatutário dos CFM ascende a 1.242.981 milhares de Meticais e está integralmente subscrito e realizado pelo Estado moçambicano.

Constitui reserva legal a parte dos excedentes de cada exercício que for anualmente destinada, nunca inferior a 10% dos mesmos. Esta reserva não é distribuível e só pode ser utilizada para incorporação no capital ou para cobrir prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas.

Constitui reserva para investimentos nomeadamente o seguinte: (i) a parte dos resultados apurados em cada exercício que lhe forem anualmente destinadas; (ii) receitas provenientes de participações dotações ou subsídios de que a empresa seja beneficiária e destinadas a esse fim; (iii) os rendimentos especialmente afectos a investimentos

**Notas às Demonstrações Financeiras**

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021  
(valores expressos em milhares de Meticals)

**16. Empréstimos obtidos**

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica Empréstimos obtidos apresentava a seguinte decomposição:

	2021	2020
<u>Não correntes</u>		
Empréstimos bancários (Nota 16.1)	5.435.862	2.508.868
Financiamentos do Estado (Nota 16.2)	2.573.768	2.390.179
	<b>8.009.630</b>	<b>4.899.047</b>
<u>Correntes</u>		
Empréstimos bancários (Nota 16.1)	-	-
Financiamentos do Estado (Nota 16.2)	62.192	114.109
	<b>62.192</b>	<b>114.109</b>
	<b>8.071.822</b>	<b>5.013.156</b>

**16.1. Empréstimos bancários**

Face ao estado avançado de degradação da Linha de Machipanda, o CFM desenvolveu um projecto de reabilitação da mesma com o objectivo de garantir o transporte ferroviário de pessoas e bens com o mínimo de segurança garantidos, o qual ficou orçado em um investimento de cerca de USD 200 milhões, dos quais numa fase inicial seriam necessários USD 150 milhões. Para o efeito, dada a impossibilidade de financiar o montante total do investimento com fundos próprios, o CFM recorreu a banca nacional para a contratação de financiamento de 80% do valor (USD 120 milhões e a comparticipação com fundos próprios do remanescente de USD 30 milhões.

Financiam o Projecto de investimento na Reabilitação da linha de Machipanda os seguintes bancos:

1. USD 60 milhões do Standard Bank Moçambique;
2. USD 35 milhões do BCI;
3. USD 25 milhões do ABSA Moçambique;
4. USD 7 milhões do First National Bank Moçambique

Do montante do financiamento já foram desembolsados até 31/12/2021 cerca de USD 84,3 milhões correspondentes a 66% distribuídos da seguinte forma:

- ✓ Standard bank com USD 37.6 milhões correspondentes a 37%;
- ✓ Banco Comercial e de Investimentos com USD 26.4 milhões correspondentes a 26%;
- ✓ ABSA Bank Moçambique, SA com 15,0 milhões correspondentes a 15%; e,
- ✓ First National Bank Moçambique, com 5.3 milhões correspondentes a 1.71%;
- ✓ CFM (Fundos próprios) com 16,3 milhões correspondentes a 16%.

Relativamente a comparticipação por banco o Standard bank está com 38%, o BCI com 26%, o First National Bank Moçambique, com 4% e por fim o ABSA com 16%.

De salientar que com a conclusão do Projecto em curso a linha férrea de Machipanda estará habilitada para uma capacidade de até 3 milhões de toneladas por ano (MTPA), contra a actual capacidade de 0.4 MTPA; vai ter melhoradas as condições de segurança de circulação, redução de descarrilamentos; redução do tempo de transito das actuais 18h para 12h, incremento da capacidade de carga da linha por eixo dos actuais 16.6 para 20.5 toneladas por eixo e restabelecimento da velocidade comercial para 60km/h.

**Notas às Demonstrações Financeiras**

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021

(valores expressos em milhares de Meticais)

**16.2. Financiamentos do Estado**

	<u>Notas</u>	<u>Taxa de juro</u>	<u>Moeda</u>	<u>Maturidade</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<u>Não corrente</u>						
Ministério das Finanças	(i)	2.00%	USD	24/01/2040	320.082	301.355
Banco Mundial – RPRP	(i)	2.00%	USD	24/01/2040	922.201	901.157
Reabilitação da Linha de Sena	(ii)	0.75%	USD	30/06/2030	32.189	15.249
Electrificação do Porto da Matola	(iii)	5.5%	USD	20/07/2034	18.965	10.285
Aquisição do Material Circulante	(iv)	1.5%	USD	02/04/2043	1.280.331	1.162.133
					<u>2.573.768</u>	<u>2.390.179</u>
<u>Corrente</u>						
Ministério das Finanças	(i)	2.00%	USD	24/01/2040	17.005	29.490
Banco Mundial – RPRP	(i)	2.00%	USD	24/01/2040	37.114	51.144
Reabilitação da Linha de Sena	(ii)	0.75%	USD	30/06/2030	-	22.247
Electrificação do Porto da Matola	(iii)	5.5%	USD	20/07/2034	234	11.228
Aquisição do Material Circulante	(iv)	1.5%	USD	02/04/2043	7.839	-
					<u>62.192</u>	<u>114.109</u>
					<u>2.635.960</u>	<u>2.504.288</u>

(i) Banco Mundial e Ministério de Economia e Finanças

Estes saldos respeitam ao financiamento do Banco Mundial e do Ministério das Finanças, concedido em Janeiro de 2000, para a racionalização da força de trabalho no âmbito do Projecto RPRP (“Railways Project Restructuring of Port”). O montante em dívida corresponde a 70.610.155 USD ao câmbio a data de transacção e deverá ser pago durante um período de 30 anos, à taxa anual de juro de 2% aplicada após o período de graça de capital e juros de 10 anos.

(ii) Reabilitação da Linha de Sena

Este montante representa um financiamento do Banco Mundial concedido em 2005, através do Governo de Moçambique, no montante de 5.500.000 USD, destinado à reabilitação da linha de Sena. O montante em dívida corresponde a 499.360 USD no final do ano.



**Notas às Demonstrações Financeiras**

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021

(valores expressos em milhares de Meticals)

(iii) Electrificação do Porto da Matola

Este montante diz respeito a um financiamento concedido pela instituição Alemã KfW – Kreditanstalt für Wiederaufbau (*Reconstruction Credit Institute*), em 2005, via Governo de Moçambique, para a electrificação do Porto da Matola, no montante de 1.533.876 EUR. O objectivo deste projecto é garantir a distribuição de energia no Porto da Matola e, por via do desenvolvimento do Porto, salvaguardar empregos e contribuir para a geração de proveitos domésticos através de serviços de importação e exportação. O montante em dívida corresponde a 297.848 USD no final do ano.

(iv) Empréstimo concedido pelo Estado Moçambicano

Importa referir que o crédito concessão de 95 milhões de dólares do Exim Bank da Índia para o financiamento de aquisição do material circulante (locomotivas, vagões e carruagens) foi firmado entre dois governos da Índia e de Moçambique. Por essa via coube ao MEF o repasse do referido montante para CFM através do Acordo de Retrocessão. O seu reconhecimento nas contas do CFM é feito mediante aos desembolsos feitos pelo Exim Bank no pagamento das facturas do fornecedor RITES na conta de adiantamentos a fornecedor e a crédito na conta de empréstimos concedidos pelo Estado.

Por este crédito foram abertas duas Cartas de Crédito Irrevogáveis (CDI) intermediadas pelo BIM e inscritas na Conta Geral do Estado em contrapartida dos Acordos de Retrocessão. Refira-se ainda que duas das seis locomotivas a adquirir já embarcaram a luz das CDI abertas e tem previsão de desembarque no Porto de Maputo, em finais do corrente mês de Abril, sendo que a totalidade do equipamento segundo o cronograma traçado será entregue até finais de Junho/2021.

**17. Outros passivos financeiros**

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica Outros passivos financeiros apresentava a seguinte decomposição:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<u>Não corrente</u>		
Reversão da Linha de Sena (Nota 17.1)	6.002.246	6.002.246
	<u>6.002.246</u>	<u>6.002.246</u>
<u>Corrente</u>		
Cauções pagas	22.347	22.877
Acréscimos de rendimentos	5.650	-
Compensações de aposentadoria e sobrevivência	12.869	9.160
Credores partes relacionadas	4.075	4.075
Resultados atribuídos	376.009	1.127.990
Outros acréscimos de gastos	184.164	212.506
	<u>605.114</u>	<u>1.376.608</u>
	<u>6.607.360</u>	<u>7.378.854</u>

**Notas às Demonstrações Financeiras**

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021

(valores expressos em milhares de Meticals)

**17.1. Reversão da Linha de Sena**

Este saldo refere-se aos financiamentos que a Companhia do Caminhos de Ferro da Beira (CCFB) contraiu junto do *International Development Agency* (IDA), no montante equivalente a USD 113.863.553,76, e do Banco Europeu de Investimento (BEI), no montante equivalente a USD 27.795.797,26, no âmbito do projecto de reabilitação da linha de Sena, e ao financiamento dos CCFB através de fundos próprios. Devido ao termo do contrato de concessão com o Governo de Moçambique (GM) o empreendimento reverteu para os CFM. O valor total do financiamento encontra-se fixado em 6 002 246 milhares de Meticals.

**18. Outros passivos não correntes**

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica Outros passivos não correntes e Outras contas a pagar apresentavam a seguinte decomposição:

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<u>Outros passivos não correntes</u>		
Rendimentos diferidos		
Financiamento da reabilitação da linha de Limpopo (Nota 18.1)	360.979	391.709
Reabilitação do cais do Porto da Beira (Nota 18.2)	194.650	227.095
	<b>555.629</b>	<b>618.804</b>
<u>Outras contas a pagar</u>		
Rendimentos diferidos		
Financiamento da reabilitação da linha de Limpopo (Nota 18.1)	31.154	31.154
Reabilitação do cais do Porto da Beira (Nota 18.2)	16.222	16.222
Adiantamentos de clientes	60.945	43.375
Credores administrações estrangeiras	-	3.064
Remunerações a pagar	200.054	-
Outras operações com trabalhadores	53.117	26.877
Imposto sobre rendimentos de pessoas singulares (IRPS)	103.529	74.091
Segurança social (INSS)	10.649	8.338
Outros credores diversos	754.348	363.072
	<b>1.230.018</b>	<b>566.193</b>
	<b>1.785.647</b>	<b>1.184.997</b>

**18.1. Financiamento da reabilitação da linha de Limpopo**

Este saldo refere-se aos investimentos que correspondem ao remanescente do valor da doação para reabilitar a linha-férrea do Limpopo, financiada pelo governo do Canadá, no montante de 921.563 milhares de Meticals. Este montante tem vindo a ser regularizado por contrapartida dos valores da depreciação dos respectivos empreendimentos, durante a vida útil contabilística esperada.

**Notas às Demonstrações Financeiras**

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021  
(valores expressos em milhares de Meticals)

**18.2. Reabilitação do cais do Porto da Beira**

Este saldo refere-se aos subsídios recebidos do Banco Europeu de Investimentos (BEI), para a reabilitação do Porto da Beira, e constitui um remanescente do financiamento recebido para os serviços de dragagem de emergência do canal de acesso, cais, bacias de manobras e aterro hidráulico no terminal de carvão do Porto da Beira. Após a conclusão dos trabalhos de dragagem, os CFM, através do Ministério das Finanças, solicitaram ao BEI a aplicação do montante remanescente de 3.971.536 EUR na aquisição de equipamentos e reabilitação das infra-estruturas dos Serviços Marítimos.

**19. Provisões**

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica Provisões apresentava a seguinte decomposição:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<b><u>Não corrente</u></b>		
Fundo de pensões (Nota 19.3)	2.004.974	2.102.159
	<u>2.004.974</u>	<u>2.102.159</u>
<b><u>Corrente</u></b>		
Provisões para férias	2.137	2.289
Provisões para litígios judiciais (Nota 19.2)	146.378	145.764
	<u>148.515</u>	<u>148.053</u>
	<u>2.153.489</u>	<u>2.250.212</u>

**19.1 Durante o exercício de 2021 não houve movimentação na rubrica Provisões:**

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Em 1 de Janeiro	2.250.212	2.438.337
Fundo Xiporo	(97.185)	(649.584)
Aumento	13.770	463.798
Reversão	(13.308)	(2.339)
Em 31 de Dezembro	<u>2.153.489</u>	<u>2.250.212</u>

**19.2 Provisões para litígios judiciais**

A provisão para litígios judiciais foi constituída para fazer face a perdas esperadas com acções judiciais em que a empresa é ré, calculadas com base numa análise cuidada dos processos em curso. As análises são revistas no final de cada exercício para assim reflectir a melhor estimativa da responsabilidade da empresa na data do balanço tendo em conta os factos conhecidos à data.

**Notas às Demonstrações Financeiras**  
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021  
(valores expressos em milhares de Meticals)

**19.3 Fundo Xiporo**

Os principais pressupostos actuários utilizados no cálculo das responsabilidades por pensões a 31 de Dezembro de 2021 e 2020 são:

<b>Pressuposto financeiro</b>	<b>Responsabilidades em MZN</b>
Idade normal de reforma	60 homens/55 mulheres
Taxa de desconto	12%
Taxa de inflação de preços	5%
Taxa de inflação de salários	6%
Incremento das pensões (percentagem da inflação dos salários)	4.5%
Taxa de juro (pros-reforma)	7.20%
Tábua de Mortalidade (pós-reforma)	PA (90) +3
Tábua de Mortalidade (pré-reforma)	N/A
Pensão do cônjuge (homens quatro mais velhos)	30% reversível
% dos casados na reforma	80%

Os participantes do plano de pensões são desagregados da seguinte forma:

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Activos	4.996	4.346
Reformados e pensionistas	150	112
	<b>5.146</b>	<b>4.458</b>

A aplicação da NCRF 19 traduz nas seguintes responsabilidades e níveis de financiamento reportáveis a 31 de Dezembro de 2021 e 2020.

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Valor actual das responsabilidades de serviços passados	3.690.136	3.278.930
Valor do fundo de pensões	(1.685.162)	(1.176.771)
<b>Défice de financiamento</b>	<b>2.004.974</b>	<b>2.102.159</b>

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma e pode ser analisada como segue:

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Responsabilidades em 1 de Janeiro</b>	<b>3.278.930</b>	<b>2.777.077</b>
Custo dos juros	394.406	333.373
Custo de serviço corrente	109.148	100.546
(Ganhos)/perdas actuárias	25.856	100.596
Pensões pagas	(118.204)	(98.412)
<b>Responsabilidades em 31 de Dezembro</b>	<b>3.690.136</b>	<b>3.213.180</b>

**Notas às Demonstrações Financeiras**  
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021  
(valores expressos em milhares de Meticais)

**19.3 Fundo Xiporo (cont.)**

A evolução do valor dos activos do fundo de pensões de reforma pode ser analisada como segue:

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Saldo do fundo em 1 de Janeiro</b>	1.176.771	369.815
Rendimento esperado	165.353	89.438
Contribuições da empresa	532.281	871.300
Ganhos/(perdas) actuariais	(71.038)	(55.370)
Pensões pagas	(118.205)	(98.412)
<b>Responsabilidades em 31 de Dezembro</b>	<b>1.685.162</b>	<b>1.176.771</b>

Os activos do fundo de pensões de reforma podem ser analisados como segue:

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Depósitos à ordem	15.892	9.297
Depósitos a prazo	87.500	550.786
Instrumentos de capital e unidades de participação	8.478	8.478
Títulos de dívida pública	1.306.144	489.373
Outros títulos de dívida	160.991	64.520
Devedores	141.099	68.312
Valores a pagar	(34.942)	(13.995)
	<b>1.685.162</b>	<b>1.176.771</b>

Os custos do exercício com pensões de reforma podem ser analisados como segue:

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Saldo do fundo em 1 de Janeiro</b>	2.102.159	2.407.262
Custo de serviço corrente	109.148	100.546
Custo dos juros	394.406	333.373
Rendimento esperado do fundo	(165.353)	(89.438)
<b>Total registado na Demonstração de resultados</b>	<b>338.201</b>	<b>344.481</b>
Ganhos/(perdas) actuariais	(435.386)	(649.584)
<b>Total registado em capital próprio</b>	<b>(435.386)</b>	<b>(649.584)</b>
<b>Responsabilidades em 31 de Dezembro</b>	<b>2.004.974</b>	<b>2.102.159</b>

Para o fundamento das responsabilidades para com o Fundo de Pensões relativamente aos serviços passados, foi acordado no contrato constitutivo do Fundo que os CFM irão fazer contribuições mensais de 16 361 613 MZN e 99 577 USD durante vinte anos.

**Notas às Demonstrações Financeiras**

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021

(valores expressos em milhares de Meticals)

**20. Fornecedores**

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica Fornecedores apresentava a seguinte decomposição:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Fornecedores de combustíveis	32.553	52.532
Fornecedores das locomotivas e acessórios	14.840	329.895
Fornecedores do material de construção da via	1.914.177	21.873
Fornecedores dos serviços de dragagem	86.011	63.745
Outros fornecedores	320.324	202.985
	<u>2.367.905</u>	<u>671.030</u>

**21. Vendas de bens e serviços**

As vendas de bens e a prestação de serviços durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 foram como segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Estadias	418.789	411.828
Cabotagem	-	131.195
Exportações	345.602	398.421
Importações	1.256.978	1.096.522
Pilotagem	108.270	136.398
Rebocadores	390.970	398.950
Transporte de passageiros	32.256	65.625
Transporte e manuseamento de mercadorias	13.492.080	14.224.009
Outros serviços prestados	878.798	620.637
	<u>16.923.743</u>	<u>17.483.585</u>

**22. Custos com o pessoal**

Os custos com pessoal durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 foram como segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Remunerações da administração	127.264	113.836
Remunerações de outros colaboradores	3.959.298	3.484.875
Encargos com as remunerações	70.529	63.393
Ajudas de custo	33.763	18.581
Indemnizações de trabalhadores	5.095	13.277
Pensões	58.341	51.787
Seguros de acidentes de trabalho e doença	7.025	8.760
Custos de acção social	111.711	80.667
Fundo Xiporo - contribuições	462.733	458.093
Fundo Xiporo – custo com pensões (Nota 19)	338.201	344.481
Outros custos com pessoal	531.989	358.296
	<u>5.705.949</u>	<u>4.996.046</u>

O número de trabalhadores em 2021 e 2020 foi de 5.819 e 5.708 colaboradores, respectivamente.

**Notas às Demonstrações Financeiras**  
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021  
(valores expressos em milhares de Meticals)

**23. Fornecedores e serviços de terceiros**

Os fornecimentos e serviços de terceiros durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 foram como segue:

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Água e electricidade	255.979	247.299
Combustíveis e lubrificantes	616.334	639.901
Ferramentas e utensílios	33.750	27.804
Materiais de manutenção e reparação	284.759	343.885
Material de escritório	58.892	51.224
Serviços de dragagem	647.422	595.503
Estiva	1.658.469	1.551.692
Manutenção e reparação	718.059	778.255
Transporte de carga e de passageiros	4.021	1.153
Comunicações	74.763	83.075
Publicidade e propaganda	60.926	55.911
Deslocações e estadas	102.292	94.215
Despesas de representação	3.607	2.329
Contencioso e notariado	3.548	1.202
Rendas e alugueres	99.653	167.729
Seguros	85.423	74.073
Limpeza, higiene e conforto	188.051	157.969
Vigilância e segurança	363.277	350.195
Trabalhos especializados	825.428	814.751
Intercâmbio de material circulante	151.598	194.825
Outros fornecimentos e serviços	99.281	158.151
	<b>6.335.532</b>	<b>6.391.141</b>

**24. Outros ganhos e perdas operacionais**

Os outros ganhos e perdas operacionais durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 foram como segue:

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Ganhos		
Concessões		
Rendas fixas	672.000	673.804
Rendas variáveis	2.142.114	2.322.904
Honorários de gestão	183.691	173.180
Aluguer de locomotivas e vagões	-	656
Aluguer de outros equipamentos	22.886	23.169
Sinistros	-	181.744
Reversões de imparidade de investimentos financeiros	-	5.215
Subsídios para investimentos	63.599	31.154
Outros rendimentos e ganhos	655.442	516.448
	<b>3.739.732</b>	<b>3.928.274</b>

**Notas às Demonstrações Financeiras**

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021  
(valores expressos em milhares de Meticals)

**24. Outros ganhos e perdas operacionais (cont.)**

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Perdas		
Impostos e taxas	(56.867)	(44.815)
Multas e penalidades	(1.754)	(30)
Alienação de activos tangíveis	(2.142)	(3.076)
Donativos	(70.680)	(77.110)
Quotizações	(4.276)	(3.773)
Programas de responsabilidade social	(175.000)	(68.891)
Clube de actividades desportivas	(333.266)	(296.035)
Indemnizações	(5.163)	(59.335)
Outros gastos e perdas	(49.882)	(46.015)
	<u>(699.030)</u>	<u>(599.080)</u>
	<u>3.040.702</u>	<u>3.329.194</u>

**25. Rendimentos financeiros**

Os rendimentos financeiros durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 foram como segue:

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Juros obtidos	207.973	159.002
Rendimentos de partes sociais	655.856	590.331
Diferenças de câmbio favoráveis	1.434.613	1.595.513
Dividendos recebidos	1.270.816	1.191.715
Outros rendimentos e ganhos financeiros	83.498	151.636
	<u>3.652.756</u>	<u>3.688.197</u>

**26. Gastos financeiros**

Os gastos financeiros durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 foram como segue:

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Juros suportados	47.654	75.641
Diferenças de câmbio desfavoráveis	2.140.309	428.462
Outros gastos e perdas financeiras	96.560	297.676
	<u>2.284.523</u>	<u>801.779</u>

**Notas às Demonstrações Financeiras**

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021  
(valores expressos em milhares de Meticals)

**27. Imposto sobre o rendimento**

O gasto relativo a imposto sobre o rendimento pode ser apresentado como segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Imposto corrente		
Imposto corrente sobre os lucros do exercício	(1.548.537)	(2.352.936)
	<u>(1.548.537)</u>	<u>(2.352.936)</u>
Imposto diferido		
Aumento / (diminuição) em activos por impostos diferidos	111.807	(229.104)
	<u>111.807</u>	<u>(229.104)</u>
	<u>(1.436.731)</u>	<u>(2.582.040)</u>

A taxa utilizada para apurar as diferenças tributárias à data de balanço do exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 foi de 32% e corresponde à taxa nominal do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas. De acordo com a legislação fiscal em vigor, as declarações fiscais da empresa estão sujeitas à revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de 5 anos. O Conselho de Administração entende que eventuais correcções resultantes da inspecção/revisão por parte das autoridades fiscais não terão um efeito significativo nestas demonstrações financeiras.

**27.1. Reconciliação da taxa de imposto**

A taxa efectiva de imposto da empresa é de 32% (2020: 30%).

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Imposto a pagar à taxa nominal	(1.530.963)	(2.498.787)
Ajustado por:		
Despesas não dedutíveis	(1.017.341)	(839.862)
Rendimentos não tributados	999.767	985.713
	<u>(1.548.537)</u>	<u>(2.352.936)</u>

**27.2. Imposto a recuperar / (pagar)**

A reconciliação do imposto corrente com o saldo no final do ano pode ser analisada como segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldo em 01 de Janeiro	(1.204.139)	698.080
	<u>(1.204.139)</u>	<u>698.080</u>
Pagamento por conta	1.882.346	969.900
Outras retenções na fonte	166.186	163.271
Pagamento a final 2020	849.630	-
Credito de Imposto	-	(682.454)
Imposto corrente sobre os lucros do exercício	(1.548.537)	(2.352.936)
Saldo em 31 de Dezembro	<u>145.486</u>	<u>(1.204.139)</u>

**Notas às Demonstrações Financeiras**  
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021  
(valores expressos em milhares de Meticalis)

**27.3 Activos por impostos diferidos**

O saldo dos activos por impostos diferidos compreende diferenças temporárias atribuíveis a:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Activos tangíveis	52.016	-
Diferenças cambiais não realizadas	381.145	430.310
Imparidades de contas a receber	161.900	99.736
Provisões	47.525	733
	<u>642.586</u>	<u>530.779</u>

Os movimentos nos activos por impostos diferidos podem ser analisados como segue:

	Activos tangíveis	Diferenças cambiais	Contas a receber	Outros	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2020	12.499	(54.509)	523.806	278.087	759.883
Imputado / (creditado) ao resultado	(12.499)	484.819	(424.070)	(277.354)	(229.104)
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	-	<b>430.310</b>	<b>99.736</b>	<b>733</b>	<b>530.779</b>
Imputado / (creditado) ao resultado	52.016	(49.165)	62.164	46.792	111.807
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	<b>52.016</b>	<b>381.145</b>	<b>161.900</b>	<b>47.525</b>	<b>642.586</b>

Os movimentos nos activos por impostos diferidos podem ser analisados como segue:

	<u>Imposto Diferido</u>
Saldo em 1 de Janeiro de 2020	759.883
(Imputado) / creditado ao resultado	(229.104)
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	530.779
(Imputado) / creditado ao resultado	111.807
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	<b>642.586</b>

**28. Partes relacionadas**

As partes relacionadas da empresa são todas as suas subsidiárias, as suas associadas, e o pessoal chave da gestão, incluindo os administradores.

**28.1. Benefícios do pessoal-chave da gestão**

O pessoal-chave da gestão inclui o Conselho de Administração (executivos e não executivos), e todos os membros seniores da gestão da empresa. Os benefícios pagos ou a pagar ao pessoal-chave da gestão que decorrem de serviços prestados são apresentados como segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Benefícios de curto prazo	127.264	113.836
	<u>127.264</u>	<u>113.836</u>

**Notas às Demonstrações Financeiras**

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021  
(valores expressos em milhares de Meticais)

**28.2. Transacções com partes relacionadas**

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Vendas e prestações de serviços		
Sociedade de Terminais de Moçambique, S.A.	-	35.462
CFM – Transporte e Trabalhos Aéreos, S.A.	-	77.676
Cornelder de Moçambique S.A.	1.122.357	1.047.417
Sociedade Desenvolvimento do Porto de Maputo, S.A.	935.393	701.700
Terminal de Cabotagem de Maputo, S.A.	-	45.107
Corredor de Desenvolvimento do Norte	913.750	1.045.640
Transcom, S.A.	-	8.657
	<b>2.971.500</b>	<b>2.961.659</b>

**28.3 Saldos com partes relacionadas**

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<u>Clientes</u>		
Concessões, Tráfego e Outros		
Sociedade Desenvolvimento do Porto de Maputo, S.A.	172.158	172.500
Corredor de Desenvolvimento do Norte	307.756	497.231
Cornelder de Moçambique S.A.	72.771	179.464
Terminal de Cabotagem de Maputo, S.A.	2.329	35.959
Cimentos de Moçambique, S.A.	9.390	25.662
CFM – Transporte e Trabalhos Aéreos, S.A.	-	9.438
Silos e Terminal Graneleiro da Matola, S.A.	68.880	60.679
	<b>633.284</b>	<b>980.933</b>
Administrações estrangeiras		
National Railways of Zimbabwe	193.680	141.714
Transnet Freight Rail	164.908	5
eSwatini Railways	12.633	31.720
	<b>371.221</b>	<b>173.439</b>
	<b>1.004.505</b>	<b>1.154.372</b>

Outros activos financeiros

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Belavista Holdings, S.A.	620	620
Beira Grain Terminal	23.185	23.185
CFM – Sociedade Turística	5.366	5.366
	<b>29.171</b>	<b>29.171</b>

Estado

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Empréstimos obtidos.	2.635.960	2.504.288
	<b>2.635.960</b>	<b>2.504.288</b>

## **Notas às Demonstrações Financeiras**

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021

(valores expressos em milhares de Meticals)

### **29. Compromissos e contingências**

#### **29.1 Processos judiciais**

A empresa é arguida em diversos processos judiciais e constitui provisões para os processos transitados em julgamento com condenação em primeira instância. A empresa apresentou recursos relativos a condenações no montante de 26.447 milhares de Meticals.

#### **29.2 Acidente Ferroviário**

Em Maio de 2002, ocorreu um acidente ferroviário na estação de Tenga que envolveu vagões de carga e carruagens de passageiros e em que perderam a vida cerca de 200 passageiros. Existe uma contingência resultante deste acidente cuja quantificação não é possível efectuar antes da conclusão do processo e divulgação dos resultados pelo tribunal competente. Este processo não teve desfecho até à data e os CFM têm vindo a financiar acções de apoio social aos familiares das vítimas.

#### **29.3 Contingências fiscais**

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal da empresa durante um período de 5 anos, podendo daqui resultar eventuais correcções de imposto devido a diferentes interpretações e/ou incumprimento de legislação fiscal, nomeadamente em sede de IRPC - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, IRPS - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares e IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA). A Administração acredita que a empresa cumpriu com todas as suas obrigações fiscais.

#### **29.4 Garantias bancárias**

O detalhe das garantias bancárias prestadas pelos CFM a terceiros à data de 31 de Dezembro de 2021, apresenta-se como segue:

<u>Beneficiário</u>	<u>Finalidade</u>	<u>Valor</u>	<u>Moeda</u>	<u>Banco</u>
Tribunal Judicial da Província de Nampula	Processos judiciais em curso Colateral para o financiamento da linha de	1.730.255	MZN	BCI
FNB Moçambique	Machipanda	876.800	USD	FNB

### **30. Gestão de risco, objectivos e políticas**

A actividade dos CFM está exposta a uma diversidade de riscos financeiros, o que envolve a análise, aceitação e gestão de certos graus de risco ou combinação dos mesmos. O objectivo do Conselho de Administração dos CFM é, por isso, alcançar um equilíbrio apropriado entre o risco e o retorno e minimizar os efeitos potenciais adversos ao desempenho financeiro.

As políticas de gestão de risco dos CFM são desenhadas a fim de identificar e analisar estes riscos, estabelecer limites de risco e controlo e monitorar os riscos e a aderência aos limites através de sistemas de informação fiáveis e actualizados. Os CFM revêem periodicamente as suas políticas de gestão de risco e sistemas a fim de melhor se precaver face às variações de mercado.



## Notas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 (valores expressos em milhares de Meticais)

### 30.1 Risco de mercado

O risco de mercado é a variação de factores que determinam o preço, tais como as taxas de juro e as taxas de câmbio. O objectivo da gestão do risco de mercado é a prevenção contra estas variações dentro de parâmetros que a Administração considere aceitáveis.

### 30.2 Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro do fluxo monetário é a probabilidade de flutuação do valor dos instrumentos financeiros devido a alterações nas taxas de referência de mercado. A exposição dos CFM ao risco da taxa de juro advém dos depósitos a prazo, valores a receber e a pagar.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Empréstimos bancários	5.435.862	2.508.868
Financiamentos do Estado	2.573.768	2.390.179
<b>Total</b>	<b>8.009.630</b>	<b>4.899.047</b>
Bancos	9.978.238	12.257.905
	<b>1.968.608</b>	<b>7.358.858</b>
Redução de 50 pontos percentuais	<b>9.843</b>	<b>36.794</b>

O impacto de um aumento/redução de 50 pontos-base nas taxas de juro, com todas as outras variáveis constantes terá um efeito de 9.843 milhares de Meticais (2020 36.794 milhares de Meticais) de aumento/redução no lucro antes de impostos.

### 30.3 Risco de taxa de câmbio

O risco de taxa cambial é o risco de flutuação do justo valor ou fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro devido a alterações nas taxas de câmbio. As demonstrações financeiras dos CFM podem ser afectadas pelas variações das taxas cambiais do Euro, Dólar Norte Americano e Rand. Os CFM procuram atenuar os efeitos de exposição à moeda estrangeira efectuando o maior número de operações em moeda nacional.

**Notas às Demonstrações Financeiras**

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021

(valores expressos em milhares de Meticais)

**30.3 Risco de taxa de câmbio (cont.)**

O valor escriturado dos activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira é resumido como segue:

	<b>Dólar Norte- Americano (USD)</b>	<b>Rand Sul- Africano (ZAR)</b>	<b>Euro (Eur)</b>	<b>Dólar Zimbabweano (ZWD)</b>	<b>Total</b>
<b>2021</b>					
Activos financeiros:					
Clientes	1.346.323	252.626	-	-	1.598.949
Caixa e equivalentes de caixa	9.030.285	260.676	14.872	-	9.305.833
	<b>10.376.608</b>	<b>513.302</b>	<b>14.872</b>		<b>10.904.782</b>
Passivos financeiros:					
Fornecedores	(1.462.985)	-	-	-	(1.462.985)
Empréstimos obtidos	(8.071.821)	-	-	-	(8.071.821)
	<b>(9.534.806)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(9.534.806)</b>
Activos financeiros líquidos	<b>841.802</b>	<b>513.302</b>	<b>14.872</b>	<b>-</b>	<b>1.369.976</b>
<b>2020</b>					
Activos financeiros:					
Clientes	1.061.224	173.438	-	-	1.234.662
Caixa e equivalentes de caixa	9.705.119	1.399.205	22.146	-	11.126.470
	<b>10.766.343</b>	<b>1.572.643</b>	<b>22.146</b>	<b>-</b>	<b>12.361.132</b>
Passivos financeiros:					
Fornecedores	(1.162.133)	-	-	-	(1.162.133)
Empréstimos obtidos	(5.013.156)	-	-	-	(5.013.156)
	<b>(6.175.289)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(6.175.289)</b>
Activos financeiros líquidos	<b>4.591.054</b>	<b>1.572.643</b>	<b>22.146</b>	<b>-</b>	<b>6.185.843</b>

*Análise de sensibilidade da moeda estrangeira*

O Dólar Norte-Americano, e o Rand Sul Africano, são as moedas principais a que a Empresa está exposta.

A tabela a seguir indica a sensibilidade da Empresa no final do ano para indicar os movimentos do Rand Sul-africano, do Dólar Norte-Americano e do Euro sobre instrumentos financeiros. As taxas de sensibilidade representam a avaliação da administração sobre uma possível mudança das taxas de câmbio de reporte.

**Notas às Demonstrações Financeiras**

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021

(valores expressos em milhares de Meticals)

**30.3 Risco de taxa de câmbio**

	USD		ZAR		Other	
	10% Aumento	10% Diminuição	10% Aumento	10% Diminuição	10% Aumento	10% Diminuição
<b>2021</b>						
Ganho / (perda)	<b>84.180</b>	<b>(84.180)</b>	<b>51.330</b>	<b>(51.330)</b>	<b>1.487</b>	<b>(1.487)</b>
Activos financeiros	1.037.661	(1.037.661)	51.330	(51.330)	1.487	(1.487)
Passivos financeiros	(953.481)	953.481	-	-	-	-
<b>2020</b>						
Ganho / (perda)	<b>459.106</b>	<b>(459.106)</b>	<b>157.26</b>	<b>(157.26)</b>	<b>2.215</b>	<b>(2.215)</b>
Activos financeiros	1.076.634	(1.076.634)	157.264	(157.264)	2.215	(2.215)
Passivos financeiros	(617.528)	617.528	-	-	-	-

**30.4 Risco de crédito**

O risco de crédito empresa é principalmente atribuível às contas de clientes e outros devedores. A exposição ao risco de crédito é monitorada pela Administração numa base contínua. Os montantes apresentados no balanço são líquidos das provisões para créditos de cobrança duvidosa estimadas pela Administração da empresa com base na experiência anterior. A empresa não tem uma concentração significativa do risco de crédito para a qual não tenha sido criada provisão para créditos de cobrança duvidosa no final do período.

O montante escriturado dos activos financeiros representa a exposição máxima da empresa ao risco de crédito sem ter em consideração qualquer caução prestada:

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Bancos	9.978.238	12.257.905
Clientes	2.707.751	3.385.758
Outros activos financeiros	74.470	80.936
	<b>12.760.459</b>	<b>15.724.599</b>

A empresa avaliou todos os saldos de clientes vencidos quanto à sua recuperabilidade e acredita que a sua qualidade de crédito mantém-se intacta. Uma decomposição dos saldos de clientes vencidos mas sem imparidade é apresentada como segue:

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Vencidos dias correntes</b>		
Vencidos entre 1-30 dias	1.717.903	1.422.387
Vencidos entre 61-90 dias	274.209	179.004
Mais de 90 dias	715.639	1.784.367
	<b>2.707.751</b>	<b>3.385.758</b>

**Notas às Demonstrações Financeiras**

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021

(valores expressos em milhares de Meticals)

**30.5 Risco de liquidez**

O risco de liquidez é a probabilidade dos CFM não terem capacidade financeira para satisfazer os seus compromissos associados aos instrumentos financeiros quando estes vencem. Para mitigar este risco, a gestão elabora mapas de fluxo de caixa previsionais e mantém a tesouraria equilibrada.

A gestão deste tipo de risco, desenvolvida com recurso à análise dos prazos residuais dos diferentes activos e passivos do balanço, evidencia, para cada um dos diferentes intervalos considerados, a diferença entre os volumes de influxos de caixa e fluxos de caixa bem como os respectivos gaps de liquidez.

	Até 1 ano	Mais de 1 ano a 5 anos	Mais de 5 Anos	Total
<b>2021</b>				
Fornecedores	2.367.905	-	-	2.367.905
Empréstimos obtidos	62.192	5.498.054	2.511.576	8.071.822
Outros passivos financeiros	605.114	-	6.002.246	6.607.360
	<b>3.035.211</b>	<b>5.498.054</b>	<b>8.513.822</b>	<b>17.047.087</b>
<b>2020</b>				
Fornecedores	671.030	-	-	671.030
Empréstimos obtidos	114.109	2.622.977	2.276.070	5.013.156
Outros passivos financeiros	1.376.608	-	6.002.246	7.378.854
	<b>2.161.747</b>	<b>2.622.977</b>	<b>8.278.316</b>	<b>13.063.040</b>

**30.6 Gestão de Capital**

O principal objectivo da gestão do capital dos CFM é garantir uma sólida autonomia financeira que permita atender as necessidades e compromissos de investimento sem com isso comprometer a remuneração ao accionista Estado.

A empresa gere o seu capital de forma a assegurar que se mantém operacional enquanto maximiza o retorno para os sócios.

A estrutura do capital da empresa consiste em dívida, caixa e equivalentes de caixa e capital próprio ajustado. A empresa monitora o financiamento com base na relação entre o valor da dívida e o capital próprio. O rácio é calculado através da relação da dívida líquida (conforme definida abaixo) com o capital próprio ajustado (conforme definido abaixo).

A dívida líquida consiste em empréstimos sujeitos a juros, empréstimos dos sócios, outras dívidas de longo prazo, caixa e equivalentes de caixa. O capital próprio ajustado consiste no capital social, lucros acumulados e reservas não distribuíveis.

**Notas às Demonstrações Financeiras**  
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021  
(valores expressos em milhares de Meticals)

**30.6 Gestão de Capital (cont.)**

O rácio da dívida líquida em relação ao capital próprio (rácio de alavancagem) no final do período era conforme segue:

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Total dos empréstimos	8.071.822	5.013.156
Menos:		
Caixa e equivalentes de caixa	(9.978.238)	(12.257.922)
Dívida líquida	(1.906.416)	(7.244.766)
Capital próprio	42.253.043	39.672.263
	<b>40.346.627</b>	<b>32.427.497</b>
Rácio da dívida líquida ao capital próprio	(95%)	(82%)

**30.7 Gestão de risco financeiro**

A empresa não transacciona instrumentos financeiros, mas o curso normal das suas operações expõe-na ao risco cambial, risco de taxa de juro e risco de liquidez. Com vista a gerir estes riscos, a empresa poderá entrar em transacções que fazem uso de instrumentos financeiros.

A empresa desenvolveu um processo de gestão de risco abrangente para facilitar, controlar e monitorar estes riscos. O processo inclui a normal documentação de políticas, incluindo limites, controlos e estruturas de reporte. A Administração Executiva e o Conselho de Administração são responsáveis pelas actividades de gestão de risco na empresa.

**30.8 Justo valor**

O valor escriturado dos activos e passivos financeiros da empresa aproxima-se do seu justo valor.

**30.9 Categoria dos instrumentos financeiros**

Todos os instrumentos financeiros detidos pela entidade são ao custo amortizado e estão abaixo apresentados.

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Clientes	2.707.751	3.385.758
Outros activos financeiros	74.470	80.936
Caixa e equivalentes de caixa	9.978.238	12.257.922
	<b>12.760.459</b>	<b>15.724.616</b>
Empréstimos obtidos	(8.071.822)	(5.013.156)
Fornecedores	(2.367.905)	(671.030)
Outros passivos financeiros	(6.607.360)	(7.378.854)
	<b>(17.047.087)</b>	<b>(13.063.040)</b>
(Passivos) / activos financeiros líquidos	<b>(4.286.628)</b>	<b>2.661.576</b>

## Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021  
(valores expressos em milhares de Meticals)

### 31. Eventos subsequentes à data do balanço

Não se verificaram factos ou circunstâncias de natureza material ocorridos entre o final do ano e a data destas demonstrações que possam ter um efeito significativo sobre os resultados e a posição financeira da empresa.

### 32. Impacto da Pandemia do COVID - 19

O Sector ferro portuário de que o CFM é um dos actores importantes a par das concessionárias na sua dinamização é o Sector de Logística por Excelência.

Os desenvolvimentos recentes a nível mundial, continental, regional e nacional, ditados pelas inovações tecnológicas e pelas novas formas de organização da produção, onde as indústrias produtivas e os serviços passaram a concentrar-se no negócio principal, obrigaram a produção de bens e serviços a extravasar fronteiras nacionais, o que subverteu os conceitos tradicionais de territorialidade.

Hoje é comum que uma indústria baseada num país receba de um outro país componentes para a montagem do produto acabado, pressionando o transporte e a logística a desempenharem um papel fundamental, obrigando a construção de novas infra-estruturas e a modernização das já existentes.

Pelo que, qualquer choque externo, por mais localizado que se considere, devido a Globalização tem sempre impactos, sejam eles positivos e ou negativos em outros países, sobretudo quando os choques acontecem em países com maior peso no comércio externo, como é o caso da China e neste caso que abala todo o mundo.

O novo coronavírus ou COVID-19 é uma doença de fácil transmissão. Pelo que, o impacto nos sectores produtivos como o da logística, tem sido devastador, o que afectou o prazo da conclusão das obras de reabilitação da linha de Machipanda e a recepção de materiais e equipamentos para duplicação da linha de Ressano Garcia.

#### Medidas Adoptadas pela Empresa Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique para Mitigação do Impacto do COVI19 e acções subsequentes

No âmbito das acções tendo em vista à prevenção contra a contaminação do Coronavírus e em alinhamento com as orientações do Governo, a Empresa Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM) determinou a adopção de um conjunto de medidas a serem cumpridas nos Portos, Sistema Ferroviário, bem como nos sectores de produção da Empresa.

As medidas, cingem-se nos seguintes termos:

- Elaboração e divulgação de mensagens esclarecedoras sobre o COVID-19, disseminadas através de canais internos como sejam, comunicações internas, *email's* e grupos de *whatsup's*, bem como através da imprensa (escrita e televisiva).
- Suspensão temporária do uso de acesso biométrico aos locais onde está instalado.
- Higienização das mãos dos trabalhadores (desinfecção das mãos ao entrar ao sair das salas ou áreas de trabalho) e passageiros que tomam os comboios.
- Aquisição e colocação, em todos os sectores da empresa (Sede, CFM-Sul, CFM-Centro e CFM-Norte), de Dispensadores com gel em álcool, bem como pulverização e desinfecção das carruagens e estações e pátios adjacentes.

## Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021  
(valores expressos em milhares de Meticals)

- Portas e janelas permanentemente abertas dos locais de trabalho.
- Manter os focos de possível contágio sempre limpos (maçanetas, corrimões, balcões, secretarias, teclados e mouses de computadores, entre outros).

À par dessas medidas e face a declaração do Estado de Emergência e mais tarde do Estado de Calamidade que vem vigorando, o CFM passou a praticar o horário laboral único, à excepção das áreas operacionais, que continuam a praticar o horário em regime de turnos, contudo obedecendo a rotatividade anunciada pelo Governo.

Todo o trabalhador com sintomas da doença é chamado a permanecer em casa, até que seja declarado saudável pelas autoridades da saúde. Nestes casos deverá ser portador de um comprovativo da sua situação, no seu regresso ao trabalho.

De igual modo, faz parte das orientações que, todos os trabalhadores que se encontrem de viagem no estrangeiro, no seu regresso devem observar um período de quarentena correspondente ao enunciado no protocolo divulgado pelas autoridades de saúde a partir da data do seu regresso, devendo informar ao seu superior hierárquico, quer por telefone, email e outros meios que não exijam a sua deslocação ao local de trabalho.

Pelo nível de dependência do Porto em relação à exportação de trânsito da África do Sul e da China e Índia como Países de destino, tal situação poderá efectivamente comprometer a produção e produtividade e consequentemente as receitas de serviços ferro portuários e seus correlativos (agentes, estiva, transporte, etc.).

Como uma das formas mais prática de mitigação dos efeitos maléficos da pandemia da Covid 19 sobre o capital humano, o CFM aderiu a iniciativa da UNI-VAX para vacinação dos trabalhadores e seus dependentes.

### **Posicionamento do CFM na indústria de Petróleo e gás em Moçambique**

As recentes descobertas de importantes reservas de gás natural na Bacia do Rovuma, com estimativas provadas a volta de 93 Tcf, a que se juntam mais 4 Tcf já em produção na zona Sul, na região de Pande-Temane colocam Moçambique numa posição privilegiada, podendo se tornar num dos 10 maiores produtores mundiais de GNL e competir com outras nações africanas, tais como, a Nigéria e a Argélia.

Existem, ainda, outras reservas prováveis na Bacia do Rovuma e cerca de 6 Tcf na zona sul. Outras potenciais reservas na Bacia do Buzi, ainda em fase inicial de estudos exploratórios, dão uma indicação do imenso potencial em hidrocarbonetos existentes em Moçambique.

A adopção de uma estratégia integrada para a monitorização destes abundantes recursos petrolíferos e a sua conversão em factores de desenvolvimento socioeconómico do País deve ser visto como um factor determinante e de definição do sucesso.

A estratégia deve (necessariamente) promover o Conteúdo Local almejando sempre a felicidade económica dos moçambicanos, por via da industrialização e a participação dos mesmos nas diversas oportunidades de negócio que poderão ser geradas nas vertentes de exploração e produção (*upstream*), armazenamento, logística e transporte (*midstream*) e processamento (*downstream*).

## Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021  
(valores expressos em milhares de Meticals)

Os Projectos da Bacia de Rovuma têm o potencial de:

- Transformar a economia moçambicana, tornando-a robusta e geradora de elevadas receitas para o Estado.
- Estimular oportunidades imensuráveis e o crescimento de empresas moçambicanas, sem comprometer a competitividade da indústria de O&G.
- Fomentar o desenvolvimento humano e social e propiciar igualdade de acessos e oportunidades, podendo contribuir para uma melhor distribuição da riqueza nacional.

Sendo o CFM um actor importante na logística ferro portuária, afigura-se pertinente o seu envolvimento na indústria de O&G, com as premissas de:

1. Implantação, exploração e desenvolvimento de infra-estruturas portuárias e/ou serviços de logística portuária e de transporte em Moçambique, em geral, interessam ao CFM por ser parte da sua missão e escopo de actividade. É do interesse do CFM:
  - ✓ Construção e Operação do Porto MultiUso de Palma (Afungi, Palma)
  - ✓ Prestação de Serviços Marítimos (Pemba & Afungi)
  - ✓ Prestação de Serviços e Logística Portuária (Nacala, Pemba & Afungi)
  - ✓ Transporte Marítimo de LNG (Afungi para o resto do Mundo)

O envolvimento do CFM assenta-se na seguinte base:

2. O CFM tem a obrigação de captar as oportunidades de negócio que os Projectos de Gás geram para o sector dos transportes (incluindo, por via da Satisfação do Conteúdo Local), através:
  - ✓ Incremento da competitividade das Empresas Moçambicanas e da Economia, assegurando a provisão de serviços requeridos para atender as necessidades da indústria de petróleo e gás.
  - ✓ Obtenção de ganhos para Empresa/Economia, gerando a antecipação das receitas do gás.
  - ✓ Desenvolvimento do *linkage* e sinergias a nível do sector empresarial público e privado moçambicano e o valor acrescentado.
  - ✓ Criação de emprego e transferência de know-how para os Moçambicanos qualificados ou não, participando na cadeia de fornecimento e na cadeia de valor do petróleo e gás.

O envolvimento do CFM justifica-se pelo facto de:

3. O Governo ter conferido ao CFM a especial missão de participar e envolver-se em negócios de O & G (Ex: LNG Shipping – Área 1), o que deve permitir:
  - ✓ Empoderamento de Moçambique nos negócios de O & G: hoje - Área 1 (Afungi), amanhã - Área 4 (Offshore), depois - Área 5 (Angoche);
  - ✓ Diversificação e agregação de novos negócios para o CFM, com a participação na indústria de O & G.
  - ✓ O CFM está em processo de criação de uma nova sociedade para fazer face a varias frentes e oportunidades na industria de O & G e que aguarda aprovação pelo IGEPE.

## Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021  
(valores expressos em milhares de Meticals)

### 33. Investimentos previstos para o ano 2022

Para o ano 2022, o CFM compromete-se em realizar investimentos em activos ferro-portuários ligados a infraestrutura bem como no incremento do material circulante para fazer face a contento das previsões de tráfego em todos os corredores em que a gestão está sob sua alçada. Para o efeito, o destaque vai para os seguintes projectos:

#### DIRECÇÃO EXECUTIVA/ REGIÃO SUL:

- Aquisição de material circulante para fazer face a concorrência da rodovia no corredor de Maputo para as Linhas de Goba, Ressano Garcia e Limpopo;
- Duplicação da Linha de Ressano de Garcia no âmbito do Plano Quinquenal do Governo 2020/2024;
- Factores exógenos na relação com a TFR e NRZ, problemas internos na gestão da TFR (roubo de cabos eléctricos na linha férrea) e dificuldades operacionais do NRZ de falta de material circulante (locomotivas e vagões) e o estado de degradação avançada da via férrea associados a actual situação económica instável do Zimbabwe;

#### DIRECÇÃO EXECUTIVA/ REGIÃO CENTRO:

- Reposição da capacidade operacional, face aos danos causados pelos ciclones IDAI e Ana;
- Dragagem de manutenção do Canal de Acesso ao Porto da Beira;
- Reabilitação da Linha de Machipanda, financiado pelo sindicato de bancos (BCI, Standard Bank, FNB Moçambique e Absa) com duração prevista para 3 anos;
- Aquisição de material circulante, financiado pelo Exim Bank para face a concorrência do tráfego rodoviário, numa perspectiva de complementaridade;

#### DIRECÇÃO EXECUTIVA/ REGIÃO NORTE:

- Investimento e ampliação do Porto de Pemba tendo em vista maximizar o volume de negócio gerado com a implantação do projecto do Óleo e Gás.
- Reposição das condições para o reatamento das atividades com normalidade no Porto de Mocimboa da Praia

#### SEDE:

- Investir em novas áreas estratégicas de negócio (ex: Óleo e Gás no âmbito do Conteúdo Local);
- Harmonização com a Autoridade Tributária sobre os horários de trabalho na Ferrovia e no Porto;
- Reflexão sobre os actuais problemas de gestão operacional com as administrações vizinhas (TFR e NRZ) que impactam na demanda de tráfego para os corredores de Maputo e da Beira e possível apoio na solução
- Harmonização com as entidades do Governo na busca de financiamento para o sector face as recentes alterações na Lei Cambial.

## Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021

(valores expressos em milhares de Meticais)

Os projectos de investimento acima destacados e agregados com outros não de menor importância, resumem-se em termos de distribuição por região, na tabela ilustrativa seguinte:

Direcção executiva	Aprovado para 2022
CFM-Sul	5.104.236
CFM-Sede	6.052.747
CFM-Centro	1.966.451
CFM-Norte	571.171
BRLM	2.313.611
<b>Orçamento de investimentos aprovados para 2022 sem BRLM</b>	<b>13.694.606</b>
<b>Total dos Investimentos</b>	<b>16.008.216</b>

Dependendo da profundidade e da extensão temporal dos impactos disruptivos ligados essencialmente ao impacto da prevalência da pandemia da COVID - 19, a actividade e rentabilidade da organização será afectada em menor ou maior grau. Com base em toda informação disponível à data, incluindo no que respeita a situação de liquidez geral e de capital, bem como quanto ao valor dos activos, considera-se que se mantém aplicável o princípio de continuidade e das operações que esteve subjacente à elaboração das demonstrações financeiras.

### Financiamento em 2022

Financiamento adicional do Standard Bank- Moçambique no montante de USD 22.444.000,00, por adenda assinada no dia 31 de Março de 2022, para aquisição de material circulante (300 vagões de bordas altas) no âmbito do Projecto de Investimento na Reabilitação da linha de Machipanda, que compreende a componente da infra-estrutura (USD 150,0 milhões) e de material circulante (USD 50, 0 milhões). O referido montante corresponde a 80% do custo, sendo que a parte remanescente no montante de USD 5.610.000,00, foi coberta através da facilidade do contracto inicial de financiamento, estes meios serão entregues até o mês de Agosto/2022. A adenda ao contracto de financiamento, passa dos anteriores USD 60, milhões, concedidos em 27 de Dezembro de 2019, para USD 82,44 milhões, com vencimento até 31 de Dezembro de 2027.

### Outros

- A interligação ferroviária Moçambique-Malawi, através do ramal ferroviário da ponte Dona Ana a Vila Nova da Fronteira, no distrito de Mutarara, província de Tete, **deverá estar concluída até ao primeiro semestre do ano em curso**. O restabelecimento irá assegurar a ligação do Malawi com o Porto da Beira, via Mutarara, irá facilitar o movimento de grandes volumes de carga a preços mais competitivos neste corredor. (reforçar a conectividade e competitividade das infra-estruturas de transporte da SADC).
- O Porto de Maputo Para o ano de 2022, mantém um enorme potencial para o crescimento dos volumes ferroviários promovido pelas recentes melhorias e investimento na infra-estrutura ferroviária (investimento tanto em infra-estrutura, como em soluções tecnológicas e capital humano).



## Notas às Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021

(valores expressos em milhares de Meticals)

- O Governo do Zimbabwe anunciou o banimento das exportações de Minério de Crómio. Por um lado este banimento afecta o transporte de Minério de Crómio nas linhas de Machipanda e Limpopo, por outro lado pode impulsionar o transporte de ferro Crómio. Para o 2ª Semestre do ano em curso, Podemos verificar uma redução no transporte de Minério de Crómio proveniente do Zimbabwe. O governo do Zimbabwe quer impulsionar a indústria local (transformar o Minério de Crómio em ferro Crómio) Como consequência desta acção, abre-se uma oportunidade de um potencial aumento no transporte de Ferro Crómio nas Linhas de Limpopo e de Machipanda.
- No início do ano 2022, o transporte ferroviário nos CFM Centro teve um decréscimo na produção, devido a paralisação das operações, causados pelos eventos ciclónicos e *wash away* que afectou o transporte ferroviário nas linhas de Machipanda e Sena.
- Ao longo do ano em curso, podemos verificar uma redução no manuseamento de fertilizantes no Porto de Nacala influenciado pelo agravamento do preço de fertilizantes no mercado internacional que afecta a demanda por esta *commodity* por parte do Malawi